



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA	2
Missão da DRCT	3
VISÃO	3
ESTRUTURA ORGÂNICA DA DIREÇÃO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DRCT).....	3
AMBIENTE INTERNO/RECURSOS.....	4
Instalações / Localização / Contactos	4
Recursos Humanos	4
Recursos Materiais	7
Recursos Financeiros	11
LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE À AÇÃO	15
PRO-SCIENTIA	16
ACESSO A AMOSTRAS DE RECURSOS NATURAIS PARA FINS CIENTÍFICOS	17
ESTRATÉGIA DE Investigação e inovação para a ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)	17
AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES	19
AMBIENTE EXTERNO: DESTINATÁRIOS DA DRCT	20
PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	22
ÁREAS DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES EM CURSO	23
Principais Projetos/Ações Internas Estruturantes	23
Iniciativas na área da divulgação científica e tecnológica	39
Gestão de incentivos - Abertura de concursos ou apoio a iniciativas específicas no âmbito do pro-scientia	43
Concursos PO – DRCT/OI - organismo intermédio	55
VISITAS DE ACOMPANHAMENTO	56
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	57
CONDICIONANTES GERAIS DO SERVIÇO	58
GRANDES DESAFIOS DE FUTURO	60
CONCLUSÃO	61

NOTA INTRODUTÓRIA

No final de 2012, no âmbito da orgânica do XI Governo Regional dos Açores aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A, de 27 de novembro, a Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações (DRCTC) é extinta e os seus serviços divididos por dois departamentos do governo: é criada na dependência do Gabinete do Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura a Direção de Serviços da Ciência com competências apenas para a área da Ciência e a área da Tecnologia é integrada na Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações (DROPTC), da Secretaria Regional do Turismo e Transportes (SRTT).

Em 2013, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2013/A, é aprovada a orgânica e o quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da SRECC, saída do XI Governo Regional dos Açores, sendo criada a Direção de Serviços da Ciência (DSC), que integra o gabinete do SRECC. Na sua orgânica compreende 2 unidades flexíveis: a Divisão de Gestão de Programas e Projetos (DGPP) e a Divisão para a Investigação e Desenvolvimento e para a Difusão da Cultura Científica (DIDDCC).

Em 24 de julho de 2014 é alterada a orgânica do XI Governo Regional dos Açores através do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, afetando mais uma vez o setor da Ciência, sendo novamente criada a Direção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT), com competências na área da ciência e tecnologia, integrada na recém-criada Secretaria do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT).

Na sequência desta reestruturação orgânica do XI GRA, foi publicada a 20 de fevereiro de 2015, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, a nova orgânica e o quadro de pessoal dirigente, de direção específica e de chefia da SRMCT.

Desde a sua criação, enquanto direção regional ou direção de serviços, a promoção da ciência e da investigação na RAA tem constituído sempre uma das suas principais áreas de atuação. O desenvolvimento das tecnologias, em particular das tecnologias da informação e comunicação, constitui a segunda área de atuação principal ao longo de quase todo o seu período de existência, com exceção do curto período de tempo, no âmbito da legislatura em curso, entre novembro de 2012 e julho 2014.

MISSÃO DA DRCT

Promover o conhecimento científico-tecnológico e a inovação para consolidar a sociedade do conhecimento na região, propondo as bases e as medidas em que deve assentar a política regional nas áreas da ciência e tecnologia e coordenando e desenvolvendo as ações necessárias à sua execução.

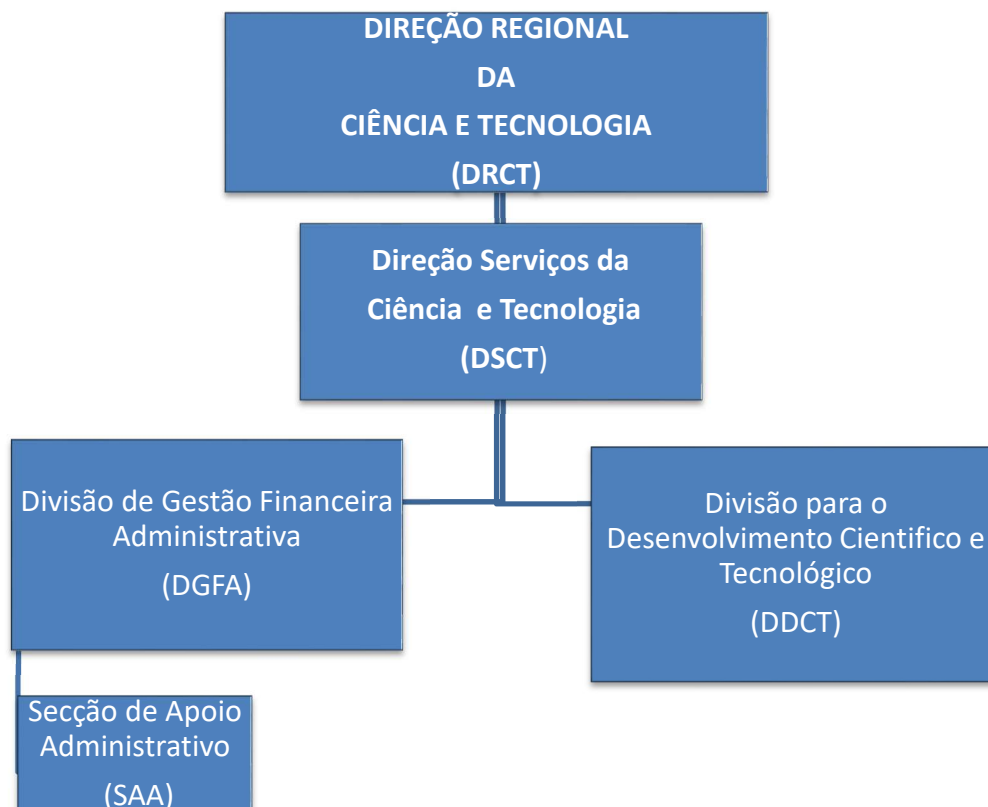
VISÃO

O potencial científico e tecnológico dos Açores como estratégia de desenvolvimento.

ESTRUTURA ORGÂNICA DA DIREÇÃO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DRCT)

A DRCT compreende atualmente as seguintes unidades orgânicas/serviços:

- a) Direção de Serviços da Ciência e Tecnologia (DSCT);
- b) Divisão de Gestão Financeira e Administrativa (DGFA);
- c) Secção de Apoio Administrativo (SAA);
- d) Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DDCT).



AMBIENTE INTERNO/RECURSOS

INSTALAÇÕES / LOCALIZAÇÃO / CONTACTOS

Em 2012 e início de 2013, a DRCT encontrava-se instalada na Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt, nº 16, em Ponta Delgada.

A DRCT passou a ocupar, desde maio de 2013, o edifício onde se encontra atualmente instalada, em frente ao Mercado da Graça. A DRCT ocupa os 2 pisos superiores do edifício e o sótão. O edifício corresponde às necessidades da DRCT, não se verificando grandes lacunas em termos de instalações físicas.

Morada: Rua do Mercado nº, 21

9 500-326 Ponta Delgada

Telefone: 292 202 400 (geral SRMCT)

Fax: 296 288 686

Endereço da DRCT: info.drct@azores.gov.pt

Endereço do FRCT: frct@azores.gov.pt ou frciencia@azores.gov.pt

Sítios da internet:

SRMCT - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct>

DRCT - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct-drct/>

Webpage C&T Açores - <http://www.azores.gov.pt/Gra/CTacores/>

FRCT - <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srecc-frc/>

Centros Ciência - <http://centrosciencia.azores.gov.pt/>

Plataforma de gestão IDIA-SG - <http://idia.azores.gov.pt/> (*frontend*)

RECURSOS HUMANOS

Considerando as sucessivas alterações orgânicas, a DRCT sofreu algumas oscilações em termos de recursos humanos. **No final de 2012**, no âmbito da orgânica do XI Governo Regional dos Açores e com a extinção da DRCT, os funcionários foram divididos, passando uma parte a integrar a Direção de Serviços da Ciência (DSC), da Secretaria da Educação, Ciência e Cultura

(SRECC), e os restantes a Direção Regional das Obras Públicas, Tecnologias e Comunicações (DROPTC).

Com a reestruturação de **julho de 2014**, a nova Direção Regional da Ciência e Tecnologia, recebeu 4 novos elementos, 2 deles transitando da DROPTC.

Direção Regional da Ciência e Tecnologia	
Técnico Superior/Jurista	Margarida Rosa Borges Giesta Pimentel da Palma
Apoio Administrativo	
Coordenadora Técnica/Chefe de Secção	Natividade Soares Martins Machado
Assistente Técnica/Contabilidade	Helena Margarida Pacheco do Rego
Assistente Técnica/ Expediente/ Património	Maria Teotónia da Câmara Coelho
Assistente Técnica (apoio à DDCT)	Antónia Teixeira dos Santos Ribeiro
Assistente Técnica	Ana Conceição Tavares Pascoal (Quadro do gabinete da DAF/SRMCT)
Assistente Técnica/ Aprovisionamento	Florinda Maria Medeiros Pereira
Assistente operacional/motorista	Eduardo Roberto Cordeiro Cabral (requisitado da SRAF)
Divisão de Gestão Financeira e Administrativa	
Técnico Superior	António Fernando Alves Marçal
Técnico Superior	Pedro Pavão
Divisão para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Técnico Superior	Luis Carlos Pacheco Amaral
Técnico Superior	João Carlos Teixeira Martins
Técnico Superior	Ana Maria Rodrigues Freitas

Assim, para além do Diretor Regional e dos 3 dirigentes (1 diretor de serviços e 2 chefes de divisão), a DRCT conta atualmente com **13 elementos**, a que se acrescentam **mais 3**, a exercer **funções no FRCT**, conforme quadros abaixo:

Exercem **funções** a tempo inteiro no **Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia (FRCT)** os seguintes funcionários da DRCT:

Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	
Vogal do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	Francisco José Boto Soares Pinto
Vogal do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	Célia de Jesus Pacheco Amaral
Técnico Superior/Apoio ao FRCT	Francisco Luís Wallenstein Faria e Maia de Macedo

Existem, ainda, alguns recursos humanos ao abrigo dos programas do Governo Regional para ocupação de desempregados ou ao abrigo de projetos internacionais: 3 na DRCT (Recuperar) e 4 no FRCT.

A nível de técnicos superiores verifica-se alguma carência, considerando a última remodelação orgânica e o alargamento das áreas de atuação da DRCT. Esta carência faz-se sentir sobretudo nas tecnologias e telecomunicações, no acompanhamento das infraestruturas tecnológicas instaladas na RAA, designadamente as relacionadas com a área espacial, geodinâmica, geodésica e observação da terra, já que a DRCT não dispõe de qualquer técnico superior especializado nesta área para acompanhamento de todos os projetos tecnológicos cuja responsabilidade transitou da DROPC para a DRCT.

Faz-se sentir também a necessidade de um recurso humano na área da informática para apoio aos utilizadores internos. Desde janeiro de 2015, no âmbito da reorganização do serviço ao nível das infraestruturas de rede e telefonia VOIP, o apoio está a ser prestado, remotamente, pela Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação (DTIC) do Gabinete da SRMCT. Contudo, tem sido premente a necessidade de um apoio *in loco* nesta área.

Revela-se ainda importante o reforço de recursos humanos para apoio à operacionalização da Estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente da RAA, RIS3 Açores, assim como para o acompanhamento da Agenda Digital e Tecnológica dos Açores (ADTA).

Há necessidade, também, de contratação de técnicos superiores para a implementação de projetos, programas e iniciativas internacionais estruturantes de carácter científico e tecnológico, como é o caso dos relacionados com as infraestruturas espaciais e climáticas e outros com experiência na gestão de fundos centralizados pela Comissão Europeia (Horizonte 2020, LIFE, Call for Tenders, entre outros) e por Comissões Transnacionais (PO MAC, Espaço Atlântico e INTERREG Europa), visando responder às crescentes solicitações neste âmbito.

A criação de sinergias transregionais e internacionais revela-se essencial, com vista à diversificação das fontes de financiamento e ao fomento da produção e internacionalização científica, através da participação em redes de excelência e em projetos de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação. Assim, a estabilização/crescimento do quadro de recursos humanos permitiria otimizar o investimento e o retorno da RAA através de um modelo de diversificação de fontes de financiamento para a Ciência e Tecnologia e de incremento da ID&I no tecido produtivo regional.

Da mesma forma, novos recursos humanos seriam também essenciais no âmbito das **funções de Organismo Intermédio (OI) acometidas à DRCT**, designadamente no Eixo Prioritário 1: “Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação” e prioridade de investimento 1.1. do PO Açores 2020 e no apoio à elaboração e gestão de candidaturas ao mesmo programa.

Finalmente, refira-se, a dificuldade relacionada com os exigentes processos das obras dos parques tecnológicos, não tendo a DRCT recursos humanos específicos nessa área, do ponto de vista técnico (engenharia civil). A esse nível, o apoio do Gabinete e da assessoria para as obras revela-se fulcral, ao nível da assessoria técnica especializada e jurídica nas várias fases de preparação e execução dos projetos.

RECURSOS MATERIAIS

Equipamento informático

O computador faz parte do equipamento disponível em cada posto de trabalho da DRCT. Para além de computador portátil, todos os colaboradores têm acesso a impressora, fotocopiadora e digitalizador, equipamentos que se encontram distribuídos pelos 2 pisos ocupados pela DRCT, de acordo com as necessidades.

Ferramentas de gestão

Na DRCT encontram-se disponíveis as seguintes ferramentas de gestão:

FERRAMENTAS DE GESTÃO
GeRFIP
SGC
idia- SG
Kelio
W EuroSal2000

Segue-se uma breve explicação da sua utilidade e respetiva aplicação prática.

GERFIP

(*Lei nº 8/ 2012 de 21 de fevereiro* - Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas).

O Gerfip é uma aplicação informática de gestão contabilística e financeira partilhada pelos diferentes organismos da administração pública regional que permite a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública.

Esta plataforma eletrónica é utilizada pela DGFA e pela SAA na gestão do Plano da DRCT.

SGC - SISTEMA DE GESTÃO DE CORRESPONDÊNCIA

O **SGC** é a aplicação informática de fluxo processual sequencial que permite a gestão, processamento e acompanhamento de todos os processos documentais. Possuindo uma instância própria nesta aplicação, a DRCT encontra-se integrada na instância SGC0010.

Pode ser acedida através do link <http://sgcweb.azores.gov.pt/> e é utilizada por todos os colaboradores da DRCT. Pode também ser acedida através de *email* de acesso interno cablado à rede local e também à rede exterior, via internet.

IDIA-SG

O **idia-SG** é uma aplicação informática de gestão de incentivos e projetos na área da investigação, desenvolvimento e inovação dos Açores, à qual se acede, em *backoffice*, através do endereço <http://idia.azores.gov.pt/bo/>. Permite a gestão de toda a informação relativa aos concursos abertos no âmbito das medidas de apoio, de financiamentos e projetos que vão sendo implementados, incluindo submissão de candidaturas *online*, efetuada através do endereço <http://idia.azores.gov.pt/>.

De acordo com as respetivas funções, alguns colaboradores têm acesso à aplicação idia-SG, para gestão das várias fases dos processos de atribuição de incentivos na área da Ciência e Tecnologia.

KELIO

O **Kelio** é um sistema de Gestão de Tempos e Controlo de Acessos utilizado para registo e controlo de assiduidade. A verificação biométrica é feita através de um cartão indentificador que facilita a utilização do sistema por parte dos funcionários.

WEUROSAL2000

Trata-se de uma aplicação informática utilizada para gestão de recursos humanos (assiduidade) e processamento de vencimentos dos bolseiros com contrato com o FRCT.

SIGRHARA

O **SIGRHARA** (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores) é um portal que visa a concretização de uma gestão integrada dos recursos humanos da administração regional. Integra, assim, informação sobre todos os colaboradores, constituindo-se como um banco de dados único com a informação respeitante aos recursos humanos. É constituído por registos que incluem o arquivo de todas as informações relevantes no âmbito da atividade funcional e profissional dos colaboradores, bem como todos os elementos necessários ao processamento de vencimentos.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Rede GRA e correio eletrónico

Todos os colaboradores da DRCT estão registados na rede interna do Governo Regional dos Açores (**rede GRA**), à qual se acede através do *log in* constituído por nome do utilizador, composto pelas iniciais do primeiro e último nome, seguidas de 6 dígitos relativos ao dia e ano de nascimento (p. ex. AB231937), e uma *password* individual.

O nível de acesso à rede é gerido centralmente por controlo/licença de permissões pelo Centro Coordenador das Comunicações, Tecnologias de Informação e Inovação (CCCTII) da Direção Regional de Obras Públicas e Comunicações (DROPC).

O serviço de sistema **Comunicator (Microsoft Lync)** permite a comunicação *online* em tempo real entre os colaboradores da DRCT e entre estes e outros colaboradores de outras organizações do Governo Regional. A *Microsoft Lync* é uma ferramenta corporativa que possibilita a partilha de mensagens instantâneas, acesso remoto, chamadas de áudio e vídeo e reuniões *online*.

O **Outlook** disponibiliza, para além do serviço de correio eletrónico, a possibilidade de planificação individual de atividades através da opção do calendário e da opção de tarefas que podem ser igualmente partilhadas. É a principal ferramenta utilizada em rede para utilização da conta de correio eletrónico do GRA, sendo um meio de comunicação interno e/ou com o exterior, mais célere e menos burocrático, a todos os níveis, sob a forma escrita, constituindo também uma das formas de reduzir a quantidade de papel produzido.

A comunicação interna, a todos os níveis, sob a forma escrita, é suportada preferencialmente por **correio eletrónico**. Em particular, despachos, convocatórias, legislação e muitos outros tipos de documentos são divulgados por esta via. Cada colaborador tem o seu endereço eletrónico com a terminação @azores.gov.pt.

Para facilitar a comunicação interna, na DRCT estão instituídos os seguintes grupos de correio eletrónico:

- drct.geral@azores.gov.pt - criado para difusão interna de informação.
- **DRCT:** info.drct@azores.gov.pt - recetores - Chefias intermédias: João MR. Gregório; Maria LL. Ananias; Vagner Silva; Maria TC. Coelho/expediente - figura como o “endereço eletrónico institucional” e/ou a “porta de entrada” ao nível de eventuais solicitações dos utilizadores externos. O expediente reencaminha e direciona os assuntos ao nível das entradas em SGC.
- **Scientific Samples** - Antónia TSCF. Ribeiro; Francisco LWFM. Macedo; João MR. Gregório; - com o *email* scientific.samples@azores.gov.pt – criado para a receção dos pedidos de recolhas de amostras para fins científicos.
- **Plataforma idia-SG** - idia@azores.gov.pt - Endereço eletrónico partilhado pelas chefias e técnicos superiores para controlo das notificações automáticas de *interface* no âmbito da plataforma idia-SG e para esclarecimento de questões ou dúvidas colocadas pelos beneficiários sobre a mesma.

RECURSOS FINANCEIROS

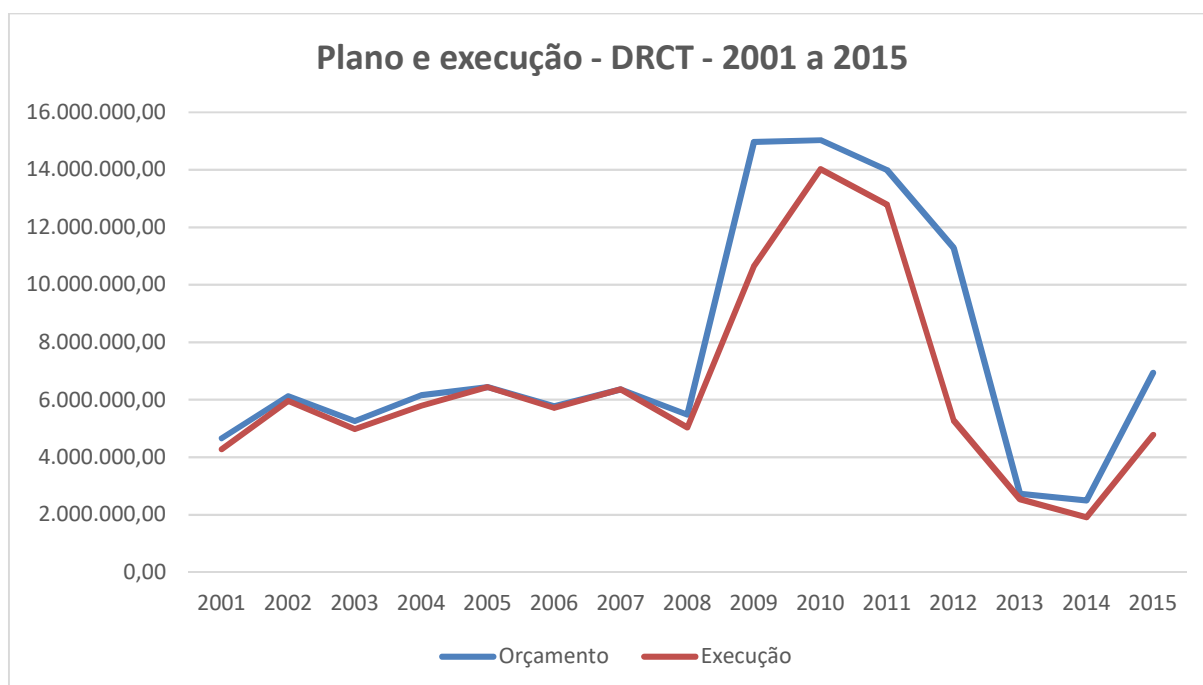
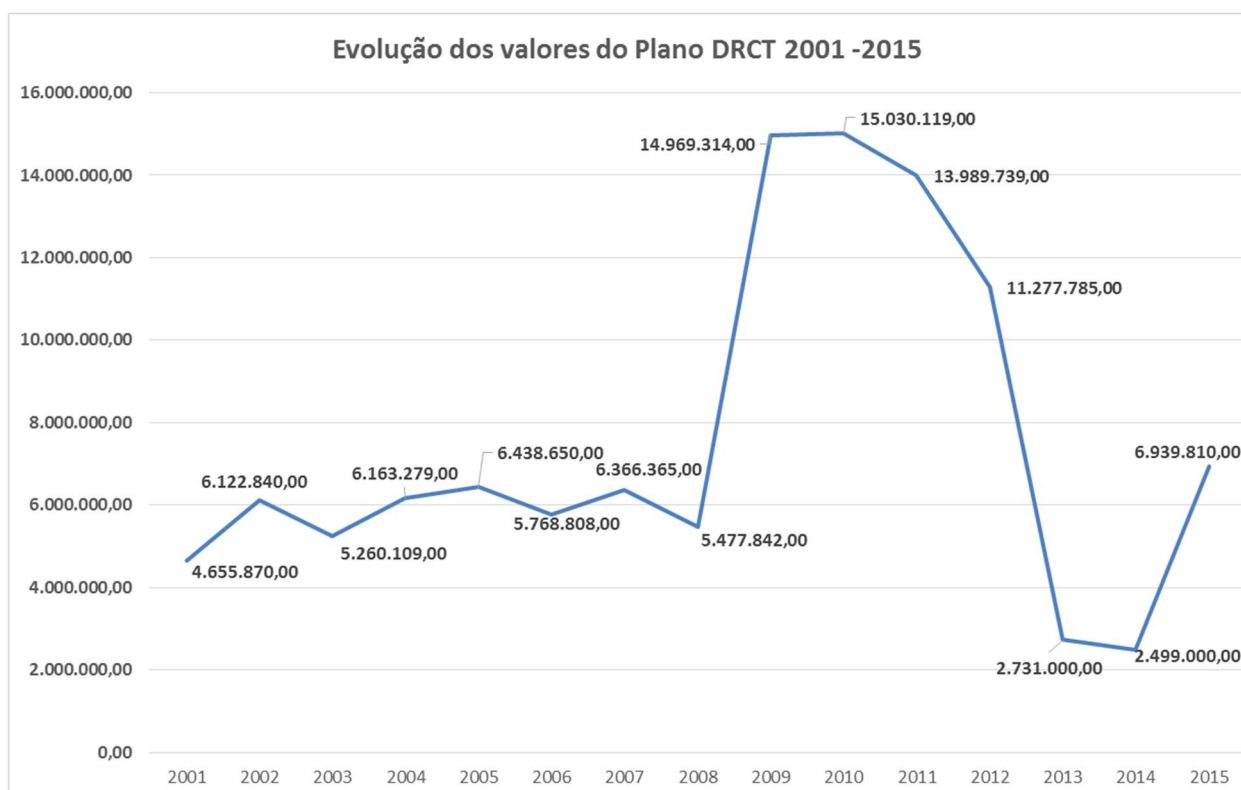
Os orçamentos do plano da DRCT apresentam variações associadas às várias alterações orgânicas na estrutura do Governo dos Açores. As oscilações resultaram também, obviamente, das opções políticas que em cada círculo governamental foram tomadas quanto aos investimentos nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico regional.

Pela primeira vez, em 2001, a Ciência e Tecnologia aparece inscrita no Plano para a Região Autónoma dos Açores com uma dotação de 4.655.870,00€, destinados a apoiar o desenvolvimento científico na Região, Tecnológico e Informático. Até 2014, a vertente informática abrangeu sempre a modernização administrativa do Governo Regional dos Açores nas áreas específicas de informática (*hardware* e *software*) e ainda a componente das comunicações do Governo. A evolução ao nível de dotações do Plano e sua execução foi a seguinte:

Plano e execução de 2001 a 2015 – Dados comparativos

Ano	Orçamento	Execução
2001	4.655.870,00	4.280.360,16
2002	6.122.840,00	5.962.741,83
2003	5.260.109,00	4.981.646,97
2004	6.163.279,00	5.797.287,95
2005	6.438.650,00	6.436.159,33
2006	5.768.808,00	5.720.182,29
2007	6.366.365,00	6.365.829,22
2008	5.477.842,00	5.034.392,30
2009	14.969.314,00	10.644.425,03
2010	15.030.119,00	14.020.489,34
2011	13.989.739,00	12.781.573,42
2012	11.277.785,00	5.278.940,23
2013	2.731.000,00	2.538.012,93
2014	2.499.000,00	1.909.699,20
2015	6.939.810,00	4.784.246,14

Nota: Refira-se que os anos de 2013 e 2014 correspondem ao período em que o orçamento dizia respeito apenas à área da Ciência (excluída a tecnologia), enquanto setor/área enquadrada pela Direção de Serviços da Ciência (DSC) incluída no Gabinete da SRECC.



A execução entre 2012 e 2015 incidiu maioritariamente, e consoante os objetivos estratégicos vinculados no documento do Plano, nos projetos e ações transcritos nos quadros seguintes:

<u>ANO 2012</u>	
Investigação, Ciência e Tecnologia:	4.880.268,84
Dotação	
Apoio a instituições de investigação científica (INCA)	
Dotação	103.480,61
Projetos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA)	
Dotação	258.275,86
Apoio à formação avançada (FORMAC)	
Dotação	656.005,86
Apoio a infraestruturas de divulgação científica e tecnológica (CITECA)	
Dotação	135.862,93
Iniciativas de I&D em contexto empresarial (PRICE)	
Dotação	1.090.738,55
Apoio ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (PRATICA)	
Dotação	2.145.461,03
Apoio à integração de cidadãos portadores de deficiência na sociedade do conhecimento (CIDEF)	
Dotação	147.586,00
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	342.858,00
 Sistemas de Informação e Comunicações:	
Dotação	395.978,76
Melhoria dos sistemas informáticos da SRCTE	
Dotação	88.862,10
Sistemas de informação e comunicações da SRCTE	
Dotação	6.838,53
Estação de rastreio de satélites, estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico	
Dotação	85.824,73
Geodesia e Cartografia	
Dotação	77.051,96
Cadastro Predial	
Dotação	44.393,44
Informação Geográfica	
Dotação	103.008,00

<u>ANO 2013</u>	
Ciência	2.538.012,96
Dotação	
Valorizar em Ciência	
Dotação	964.351,05
Cooperação e criação de parcerias em I&D	
Dotação	313.195,82
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	
Dotação	79.466,09
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	721.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	
Dotação	460.000,00

<u>ANO 2014</u>	
Ciência	1.909.699,20
Dotação	
Valorizar em Ciência	
Dotação	687.385,20
Cooperação e criação de parcerias em I&D	
Dotação	35.000,00
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	
Dotação	88.314,00
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	350.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	
Dotação	749.000,00

<u>ANO 2015</u>	<u>Proposta de Orçamento</u>
Ciência:	
Dotação	3.797.629,00
Valorizar em Ciência	
Dotação	1.600.000,00
Cooperação e criação de parcerias em I&D	
Dotação	430.659,00
Qualificar o capital humano para a sociedade do conhecimento	
Dotação	666.970,00
Apoio ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	
Dotação	350.000,00
Transferências para o Fundo Regional para a Ciência	
Dotação	750.000,00
Tecnologias de informação e infraestruturas tecnológicas	
Dotação	3.142.181,00
Desenvolvimento de projetos de TIC	
Dotação	707.431,00
Incentivos a projetos de base tecnológica	
Dotação	334.750,00
REGGA – Rede geodésica de GPS dos Açores	
Dotação	100.000,00
Parque Tecnológico de S. Miguel - NONAGON	
Dotação	1.000.000,00
Infraestruturas de projetos tecnológicos (Parque Tecnológico da Terceira)	
Dotação	1.000.000,00

Ao nível do **orçamento de funcionamento** em 2015 os valores foram:

Orçamento Funcionamento	Estimado	Revisto	Realizado
	795.000 €	790.200 €	694.120,51

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE À AÇÃO

No ordenamento jurídico regional na área da Ciência e Tecnologia encontram-se atualmente em vigor:

PRO-SCIENTIA

- **Decreto Legislativo Regional nº 10/2012/A, de 26 de março** - cria o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA) e aprova o sistema de atribuição de incentivos financeiros, designado de *Pro-SCIENTIA*;
- **Decreto Regulamentar Regional nº 17/2012/A de 4 de julho** - regulamenta o *Pro-SCIENTIA*.

Os referidos diplomas disciplinam o quadro normativo aplicável às entidades que se dedicam à investigação científica, difusão da cultura científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico e inovação e promoção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na Região Autónoma dos Açores e que, nesta medida, integram o SCTA.

O **PRO-SCIENTIA** visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- Consolidar o potencial científico e tecnológico dos Açores;
- Estimular a investigação em áreas relevantes;
- Reforçar a participação das empresas no SCTA;
- Promover a valorização económica das atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D);
- Incentivar a criação de sinergias transregionais e internacionais que projetem os Açores no Espaço Europeu de Investigação;
- Qualificar os recursos humanos da ciência;
- Promover a cultura científica e tecnológica e assegurar o acesso generalizado à sociedade do conhecimento.

São objeto de apoio por parte da DRCT, no âmbito do PRO-SCIENTIA, os seguintes eixos prioritários:

- **Valorizar** - valorização em Ciência e Tecnologia (C&T):
 - ✓ Capacitar as entidades do SCTA e valorizar as suas atividades;
 - ✓ Impulsionar as atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I) em contexto empresarial;
- **Cooperar** - cooperação e criação de parcerias em ID&I:
 - ✓ Reforçar a cooperação e transferência de conhecimentos e tecnologias;
 - ✓ Incentivar a criação de parcerias com o exterior;

- **Qualificar** - qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento:
 - ✓ Apoiar a formação avançada;
 - ✓ Promover a integração de quadros qualificados nas entidades do SCTA e nas empresas;
 - ✓ Incentivar a produção, formação e divulgação científica especializada;
 - ✓ Estimular a cultura científica e tecnológica.
- **Atualizar** – atualização em TIC:
 - ✓ Promover o acesso às TIC e à infoinclusão, mediante o reforço do papel dos recursos informáticos na construção e disseminação do conhecimento.

ACESSO A AMOSTRAS DE RECURSOS NATURAIS PARA FINS CIENTÍFICOS

Para além do PRO-SCIENTIA, há a referir dois diplomas enquadradores da ação da DCRT que versam sobre o acesso a amostras de recursos naturais para fins científicos:

- ***Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/A de 20, de março de 2012;***
- ***Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2012/A, de 5 de novembro.***

O primeiro estabelece na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico relativo:

- a) Ao acesso a recursos naturais- para fins científicos que incluem os recursos biológicos e genéticos, seus derivados e subprodutos, o ar, a água, os minerais e o solo;
- b) À transferência dos recursos naturais recolhidos e/ou acedidos, para fins científicos;
- c) À partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos naturais recolhidos e ou acedidos para fins científicos.

O segundo diploma desenvolve e regulamenta aquele regime jurídico.

ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)

Como documento estratégico na área da ciência tem primordial relevo a **Estratégia de Investigação e inovação para a Especialização Inteligente dos Açores (RIS3)**. A especialização

inteligente, conforme é definida pela Plataforma S3, é uma abordagem estratégica ao desenvolvimento económico, suportada por adequados processos de inovação e de investigação e desenvolvimento, materializada através do **apoio seletivo às atividades de investigação e de inovação**.

Estas abordagens serão a base dos investimentos estruturais europeus, como parte da contribuição da Política de Coesão para os objetivos da Estratégia Europa 2020. A Comissão Europeia, no âmbito da regulamentação da Política de Coesão da União Europeia (UE) para 2014-2020, torna a elaboração de uma Estratégia de Especialização Inteligente uma condição prévia (“condicionalidade *ex-ante*”) para a utilização de Fundos Estruturais que deve ser considerada na preparação dos Programas Operacionais. O conceito tem subjacente que a definição de um conjunto reduzido de **áreas prioritárias** permitirá **canalizar** de forma mais eficiente os **recursos** para **investimentos** com maior **impacto potencial na economia** regional.

Em linha com os objetivos da Especialização Inteligente, o desenvolvimento da **RIS3 Açores** assumiu como prioridades:

- **Focar os investimentos num conjunto limitado de opções**, com base nas vantagens competitivas endógenas e na especialização internacional (potencial de diferenciação face ao exterior);
- **Combinar um conjunto de instrumentos de apoio** adequado, procurando sinergias e melhorias na eficiência;
- **Mobilizar os atores locais** através de um processo empreendedor de descoberta;
- **Melhorar as ligações internas e externas da Região**, posicionando os Açores em cadeias de valor globais.

As **áreas temáticas** consideradas são:

- ✓ **Agricultura, Pecuária e Agroindústria;**
- ✓ **Pescas e Mar;**
- ✓ **Turismo.**

O documento da RIS3 Açores remete também para a necessidade de existência de uma estrutura de governação que “está diretamente relacionada com a liderança e com a apropriação da Estratégia. Alinhada com as recomendações do Guia para a RIS3, a estrutura de

governança para o processo de definição e implementação de uma RIS3 Açores previa a criação de uma Equipa de Gestão (*Management Team*), com funções executivas, de um Grupo de Acompanhamento (*Steering Group*), com funções de monitorização e orientação, de um Grupo de Verificação (*Mirror Group*), com a função de verificar a adequação das metodologias seguidas, e de vários grupos temáticos, alinhados com as prioridades que forem adotadas ao longo do processo.”

AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES

Na área da Tecnologia destaca-se como principal documento estratégico a **Agenda Digital e Tecnológica dos Açores** que foi apresentada em julho de 2013 pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes como o instrumento capaz de *“prever as condições para inovar e criar novos produtos de valor acrescentado, tendo por base a utilização intensiva de tecnologia, alargando a nossa base produtiva; agilizando a administração pública ou ainda majorando a inovação e utilização de tecnologia avançada nos sistemas de incentivos”*.

O horizonte temporal da sua execução prolonga-se até 2020 e prevê uma intervenção alicerçada em três grandes objetivos: captar investimento de base tecnológica para os Açores, melhorar as competências nas áreas das tecnologias e engenharias e promover o surgimento de pequenas e médias empresas orientadas para o mercado digital.

A Agenda Digital e Tecnológica dos Açores é constituída por quatro eixos de intervenção:

- **EIXO 1** – Promover a Sociedade do Conhecimento e da Informação;
- **EIXO 2** – Incentivar a formação de base tecnológica;
- **EIXO 3** – Incrementar a transferência de tecnologia para as empresas;
- **EIXO 4** – Desenvolver infraestruturas tecnológicas.

Estes quatro eixos encontram-se subdivididos em 29 medidas que integram 7 programas diferentes, um dos quais em articulação com o BIC Azores (*Business Innovation Centre*). As medidas definidas, eminentemente de caráter político e estratégico, abarcam transversalmente a maioria dos setores governamentais e ainda entidades privadas e do poder local (municípios, por exemplo) e a Universidade dos Açores.

AMBIENTE EXTERNO: DESTINATÁRIOS DA DRCT

A investigação e a cultura científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são hoje considerados fatores decisivos para o desenvolvimento económico e progresso social. Assim, a intervenção da DRCTC nestas áreas, de acordo com aquelas que são as suas competências, deve ser entendida como transversal a todos os setores da sociedade. Deste ponto de vista, constituem-se como destinatários e beneficiários dos seus programas, projetos e atividades, múltiplas entidades e atores individuais de ciência, tecnologia e inovação.

Os serviços prestados prendem-se, essencialmente, com o apoio à investigação, desenvolvimento científico-tecnológico e inovação, à difusão da cultura científico-tecnológica e à promoção da sociedade da informação e do conhecimento. O apoio traduz-se, em regra, pela atribuição de participações financeiras a projetos, iniciativas e ações desenvolvidos nestas áreas por diversos tipos de promotores, na sequência de concursos públicos devidamente regulamentados, ou através de subsídios pontuais, quando se encontra em causa alguma iniciativa específica, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos estratégicos de interesse regional.

Assim, podemos identificar toda a comunidade científica como beneficiária privilegiada da ação desta direção regional, em particular aquela que se enquadra em unidades de investigação e cujos projetos se desenvolvem em domínios prioritários, seja a nível regional, nacional ou europeu. Destacam-se, neste campo, a Universidade dos Açores e os seus centros de investigação, as unidades de investigação em contexto hospitalar, e as instituições particulares de I&D (fundações ou associações privadas sem fins lucrativos), ou infraestruturas tecnológicas (centros tecnológicos ou institutos de novas tecnologias), bem como todos os seus investigadores.

No que se refere à difusão da ciência e da tecnologia e à consolidação da sociedade da informação e do conhecimento, a ação da DRCT é transversal: percorre todos os setores da sociedade e abrange todos os cidadãos. Beneficiam, pois, diretamente dos apoios concedidos pela DRCT, na área da divulgação científica e tecnológica, instituições tão diversas como as escolas da rede pública regional de ensino, a Universidade dos Açores, os Centros de Ciência, as associações sem fins lucrativos, as juntas de freguesia e as câmaras municipais regionais e todas as entidades, de natureza jurídica diversa, que promovem ações de divulgação científica e tecnológica.

No caso particular do acesso às tecnologias informáticas pelos cidadãos portadores de deficiência, o público-alvo da DRCT são, para além dos próprios cidadãos, todas as entidades com infraestruturas de apoio à deficiência. Interessa ainda referir que, na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento, a DRCT elegeu igualmente como destinatário privilegiado a administração pública regional, empenhando-se na sua reforma e modernização ao nível da informatização dos serviços, da desmaterialização de processos e da agilização de procedimentos.

As iniciativas no domínio da I&DI agrupam, também, todo o tecido empresarial que se constitui como parceiro fundamental no que à transferência e uso do conhecimento diz respeito. Relativamente a este setor, não tendo sido ainda atingida a dimensão e o alcance desejáveis, elege-se como objetivo a privilegiar, em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, o lançamento de programas para este grupo de destinatários, designadamente, através da promoção de projetos de investigação em contexto empresarial, no contexto de parcerias internas ou externas ao sistema científico e tecnológico regional (SCTA) e através da criação de infraestruturas tecnológicas que potenciem a cooperação entre instituições de investigação e empresas (os trabalhos em curso no âmbito dos parques Tecnológicos de S. Miguel e da Terceira são os casos mais evidentes).

Assim, a ação da DRCT caracteriza-se pela sua acentuada transversalidade a todos os setores da sociedade e o seu universo de clientes é constituído por todos os indivíduos e/ou instituições que desenvolvem atividades de ciência e tecnologia e possuem residência, sede ou estabelecimento estável, existente ou a constituir, na Região Autónoma dos Açores.

O Decreto Legislativo Regional nº 10/2012/A, que estabelece o regime jurídico do SCTA, define-o como o conjunto de recursos humanos, institucionais, materiais e financeiros organizados para a produção e promoção do conhecimento científico e inovação, através da investigação e desenvolvimento tecnológico, da transferência do conhecimento, da formação e qualificação avançadas e da difusão da cultura científica e tecnológica. No mesmo decreto define-se que as instituições que integram o SCTA se distribuem pelos seguintes subsistemas:

a) **Organismos de investigação científica;** b) **Infraestruturas tecnológicas;** c) **Infraestruturas de DC&T** (divulgação de ciência e tecnologia).

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Região Autónoma dos Açores tem vindo a desenvolver o seu potencial em áreas científicas e tecnológicas específicas, decorrentes da sua localização geográfica e condições naturais, mas também das competências das suas unidades de investigação e das valências já existentes ou em construção, cujo *know-how* precisa de ser reforçado, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional, mas também da sua projeção internacional. Na sequência das políticas definidas para o setor, na presente legislatura, destacam-se, como **principais orientações estratégicas**, as seguintes:

- **Consolidação do potencial científico e tecnológico regional** e promoção da capacitação, reestruturação, desenvolvimento e sustentabilidade do SCTA;
- **Internacionalização da investigação realizada na Região**, consubstanciando-se na participação em redes de excelência e em projetos tecnológicos e de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação;
- **Transferência do conhecimento e de tecnologia para o tecido económico**, a promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação, dando ênfase à criação de novo conhecimento direcionado para uma aplicação prática, para a resolução de problemas e necessidades específicas da Região, para a criação de novos materiais, produtos inovadores, novos processos, sistemas ou serviços;
- **Reforço da constituição de parcerias do conhecimento** e da articulação entre as entidades do SCTA e o tecido socioeconómico, e entre a investigação, a inovação e o empreendedorismo, no sentido de reforçar a **cooperação** entre os **centros de investigação** e as **empresas**, abarcando e fortalecendo cada elo da cadeia de inovação, desde a investigação fundamental até à transferência tecnológica;
- **Promoção da investigação em áreas relevantes** para a Região, valorizando as **especificidades regionais** e as **áreas estratégicas** para o seu desenvolvimento, **em conformidade com o PO Açores 2014/2020** e **com as prioridades** definidas na **Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3)**;

- **Qualificação de recursos humanos em C&T**, através da formação avançada, divulgação científica especializada e difusão da cultura científica e tecnológica.

ÁREAS DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES EM CURSO

PRINCIPAIS PROJETOS/AÇÕES INTERNAS ESTRUTURANTES

Coordenação transversal de programas regionais

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DOS AÇORES (RIS3)

Em termos de iniciativas estruturantes, destacam-se as realizadas no âmbito da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) a implementar na Região no período 2014-2020.

A RIS3 teve o seu início na Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações, transitou para a DROPTC em 2013 e foi reintegrada na DRCT em 2014.

Releva, na RIS3, entre outros aspetos, a transversalidade das Prioridades Estratégicas relacionadas com o fomento das relações colaborativas intra-setoriais e inter-setoriais, envolvendo vários atores em estratégias partilhadas. As mesmas relacionam-se em particular com o reconhecimento da importância da consolidação de *clusters* para melhor explorar o potencial da Especialização Inteligente na realidade açoriana. Decorre daí a atenção prioritária que se tem vindo a dar, em 2015, à concretização mais imediata do primeiro dos projetos-piloto propostos (CLUSTER – Programa de **clusterização**).

Mas para além as iniciativas no âmbito da clusterização destacam-se, ainda, a aprovação da **Resolução em Conselho de Governo de 6 de julho de 2015 sobre o modelo de governação da RIS3**, bem como a organização de diversos seminários em fevereiro e março de 2015 que versaram sobre a temática.

Em síntese, entre 2014 e 2015, foram desenvolvidas as seguintes ações relativas à RIS3:

- Aprovação, em 2014, do documento RIS3 Açores - esteve em processo de consulta pública no portal do GRA até 28 de julho de 2014, tendo a SRMCT promovido no dia 23 de julho, no Anfiteatro C do Campus da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada,

uma sessão de apresentação da proposta que pretendeu mobilizar todos os interessados e os principais ativos regionais a darem o seu contributo.

- Aprovação da Resolução em Conselho de Governo de **6 de julho de 2015** sobre o modelo de governação e acompanhamento da RIS3;
- Organização de diversos seminários em fevereiro e março de 2015 que tiveram por objetivo dar a conhecer a RIS3 Açores e a importância do desenvolvimento de estratégias de eficiência coletiva de redes nos Açores, visando o aumento de escala das empresas, a articulação de ações de capacitação para a inovação e para a internacionalização e a inserção em plataformas internacionais de conhecimento, privilegiando atividades de interação entre o mundo empresarial e as entidades do SCTA.

AGENDA DIGITAL E TECNOLÓGICA DOS AÇORES

Tal como o projeto anterior, a implementação da Agenda Digital e Tecnológica (ADTA), transitou da DROPTC para a DRCT em 2014, tendo sido concebida e inicialmente implementada por aquela Direção Regional.

No âmbito da ADTA, a DRCT agendou e promoveu em 2015 um conjunto de contactos e reuniões de trabalho com os restantes departamentos governamentais, no sentido de proceder ao levantamento exaustivo do que se encontra a ser preparado, planeado e executado, com vista ao acompanhamento, monitorização e avaliação das várias medidas e ações previstas.

Ao longo do 1º semestre de 2015 tiveram lugar as seguintes ações de acompanhamento:

- Envio de ofícios a todas as direções regionais e à Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares a solicitar informação detalhada dos projetos em curso no âmbito da ADTA e indicação dos responsáveis pela sua operacionalização, com vista à marcação de reuniões de trabalho.

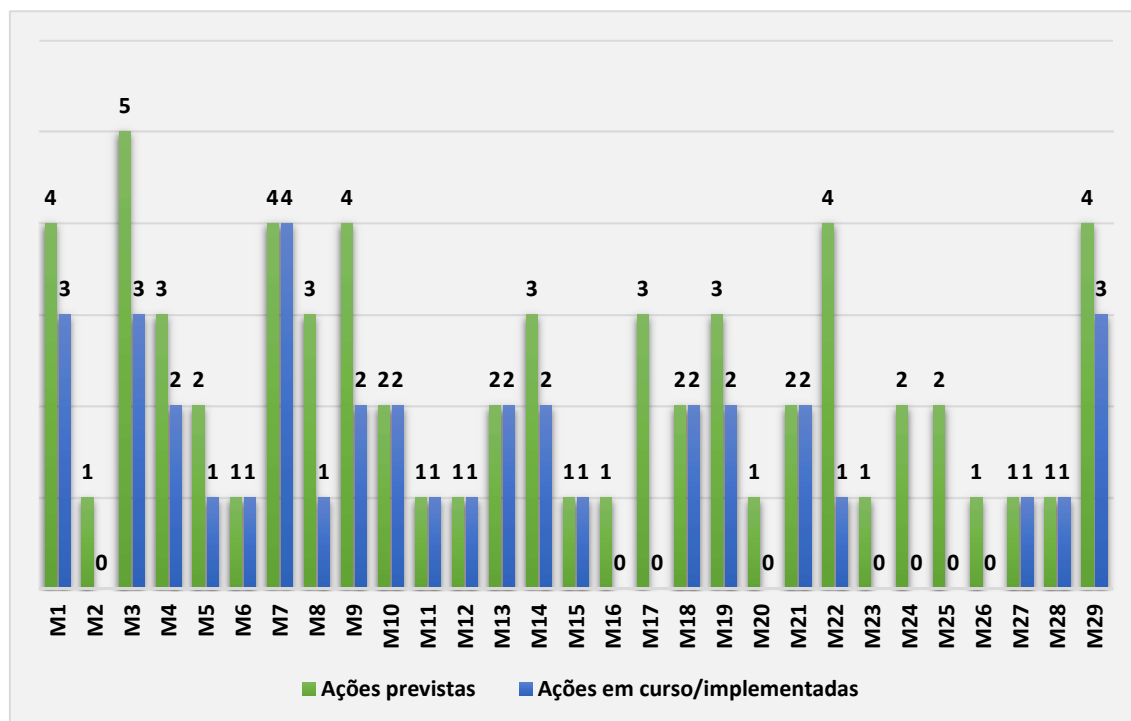
- Estabelecimento de contactos com diversas entidades promotoras de ações específicas com vista à marcação de reuniões de trabalho que se realizaram de março a julho de 2015.
- Realização de reuniões com vinte e dois organismos do GRA, em São Miguel, Terceira e Horta, tendo em vista o conhecimento mais aprofundado das ações em curso.

A tabela que se segue resume as reuniões realizadas até julho de 2015:

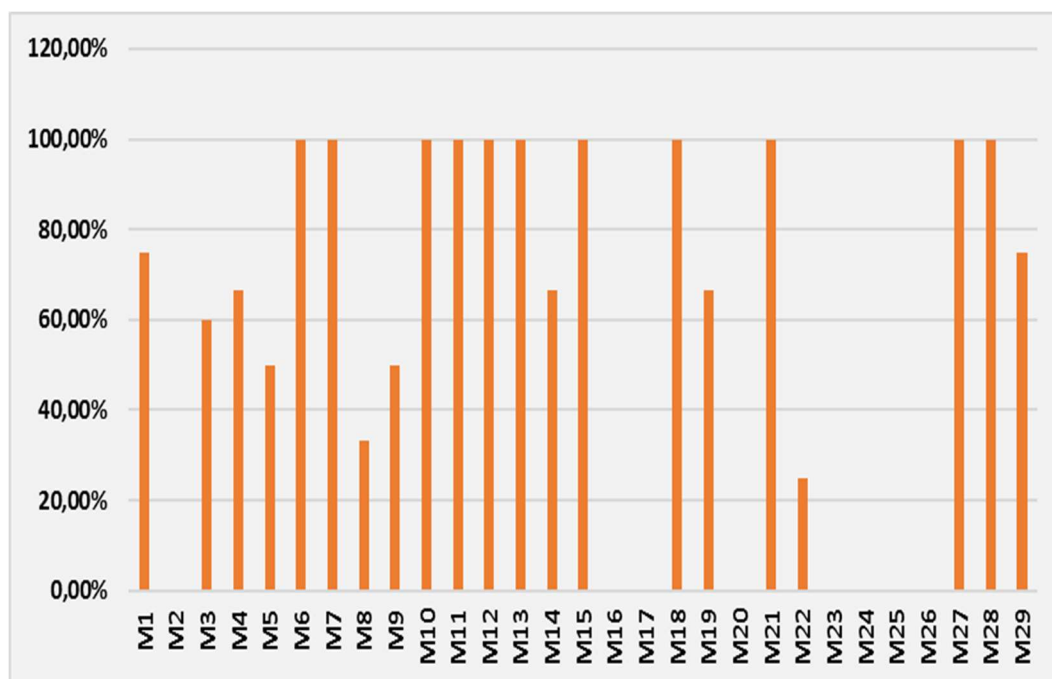
Entidade	Equipa responsável	Data de realização da reunião
Direção Regional da Juventude	Dra. Margarida Alves e Dra. Graça Braga	17 de março
Direção Regional das Comunidades	Dr. Rui Cabo	18 de junho
Direção Regional dos Transportes	Dr. José Gomes e Eng.º Fernando Almeida	9 de junho
Direção Regional do Orçamento e Tesouro	Dr. Rogério Moitoso e Dr. João Leite	23 de junho
Direção Regional das Pescas	Dr. José Ferreira e Dra. Helena Soares	18 de junho
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	Dr. Rui Luís	17 de junho
Direção Regional dos Recursos Florestais	Dra. Anabela Isidoro, Eng.º João Luís Pacheco e Dr. Vasco Medeiros	9 de junho
Direção Regional da Saúde	Dr. Paulo Nunes e Dr. Bruno Sousa	17 de junho
Direção Regional do Desporto	Dr. Ricardo Carvalho e Dr. João Ávila	17 de junho
Direção Regional da Solidariedade Social	Dra. Clara Mateus	17 de junho
Direção Regional da Cultura	Dra. Filomena Barcelos e Dra. Magda Gonçalves	17 de junho
Direção Regional do Desenvolvimento Rural	Dr. João Reis e Dr. Hélder Lourenço	17 de junho
Direção Regional da Educação	Dr. Rui Pacheco, Eng.º Duarte Pinto e Dra. Sandra Silva	17 de junho
Direção Regional da Energia	Dr. José Rosa Nunes e Eng.ª Adriana Moniz	9 de junho
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	Dra. Ilda Baptista e Dr. Filipe Brum	1 de junho
Direção Regional da Organização e Administração Pública	Dr. Filipe Fagundes, Dr. Hélio Toste Dias	17 de junho
Direção Regional da Agricultura	Dr. Fernando Moniz, Dr. Carlos Santos e Dr. António Medeiros	16 de junho
Direção Regional dos Assuntos do Mar	Sr. Nuno Prazeres	18 de junho
Direção Regional do Ambiente	Dra. Teresa Silva, Dr. José Machado e Dra. Susana Moreira	9 e 18 de junho
Direção Regional do Turismo	Dr. Carlos Conceição e Dr. Marino Silva	18 de junho
Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares	Dra. Rafaela Teixeira	16 de julho de 2015

Os gráficos que se seguem ilustram alguns dados estatísticos relacionados com a implementação das ações previstas na ADTA.

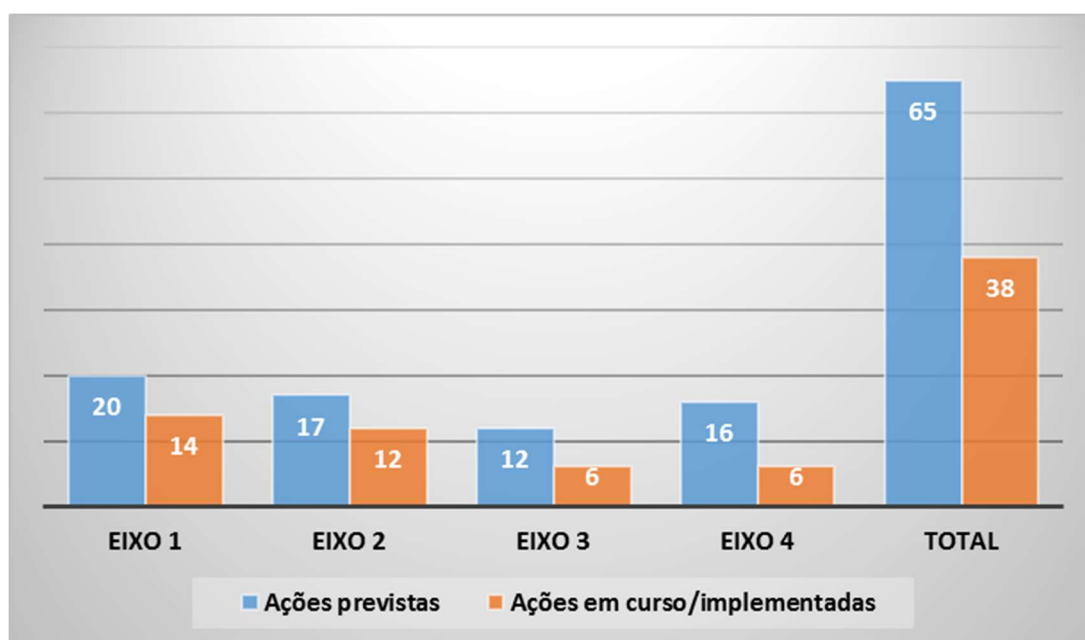
Ações previstas/ações em curso e/ou implementadas por medida



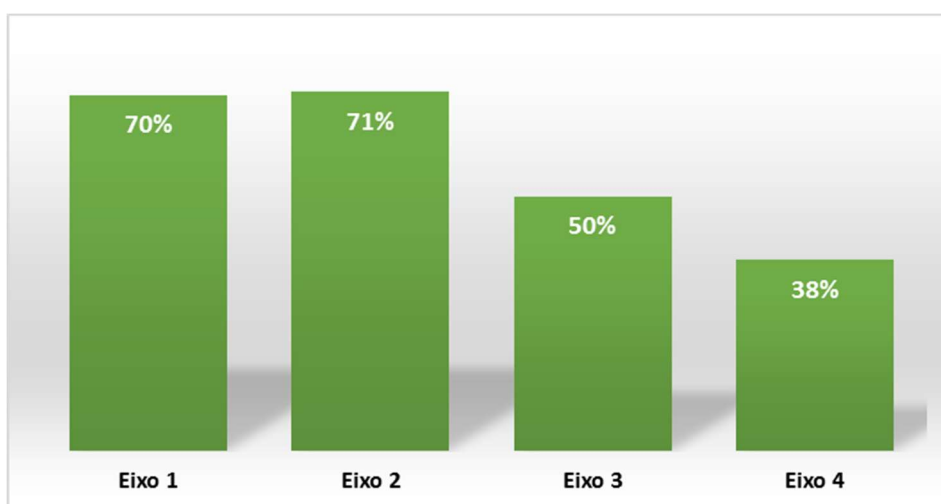
Percentagem de implementação das ações previstas em cada medida



Ações previstas/ações em curso e/ou implementadas por eixo



Percentagem de implementação das ações previstas por eixo



No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela equipa de acompanhamento da DRCT, as principais dificuldades encontradas prenderam-se, até à data, com a obtenção de respostas por parte de alguns departamentos do GRA, relativamente às informações ou reuniões pretendidas e solicitadas. Em alguns casos, houve também alguma dificuldade na conciliação de agenda para a marcação das reuniões.

Uma das principais condicionantes ao desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da ADTA decorre ainda do facto de não existir na DRCT qualquer recurso

humano na área da informática/tecnologias da Informação e comunicação que possa integrar a equipa de trabalho.

Do ponto de vista dos diversos departamentos do GRA, as principais dificuldades para a implementação da ADTA, conforme foi sendo explicitado nas diversas reuniões, têm a ver com as restrições financeiras ou com as limitações técnicas existentes, como é o caso da insuficiente largura de banda para suportar determinadas aplicações.

Alguns departamentos do GRA manifestaram a necessidade e a intenção de promoção, num futuro próximo, de novas ações enquadráveis nas várias medidas da ADTA, já que as restrições orçamentais sentidas até ao momento têm impedido o avanço e desenvolvimento desejável ao nível de algumas das iniciativas planeadas. As entidades aguardam a publicação dos avisos de abertura do PO Açores 2020 na área das tecnologias para apresentação de candidaturas no âmbito de alguns projetos de desenvolvimento tecnológico e digital.

Foi proposta pela equipa de acompanhamento da DRCT a criação de uma comissão técnica constituída por 4 ou 5 elementos de diversas entidades do GRA, liderada pela equipa da DRCT, a qual não foi, no entanto, concretizada.

Participação em iniciativas/programas/redes internacionais

NEREUS - NETWORK OF EUROPEAN REGIONS USING SPACE TECHNOLOGIES | REDE DE REGIÕES EUROPEIAS UTILIZADORAS DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS

A NEREUS foi criada com o intuito de explorar os benefícios das tecnologias espaciais e de difundir as respetivas aplicações ao serviço das Regiões e dos respetivos cidadãos, promovendo o desenvolvimento de respostas às necessidades dos utilizadores finais destas tecnologias e potenciando o crescimento económico. Numa vertente mais política, esta rede pretende também defender a perspetiva regional na definição das Políticas e Programas Europeus do Espaço, contando com o contributo das Regiões membros.

A RAA é Membro Pleno da NEREUS desde a sua fundação (14/04/2008; Constituição da rede assinada pelo Dr. José AVS Contente, então Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – IX GRA), conforme a Resolução do Conselho do Governo N.º 31/2008 de 3 de março, publicado no JO nº 43 I Série.

Na **Assembleia Geral (AG) da NEREUS** estão representados todos os filiados NEREUS (*Full e Associate Members*), tratando-se do órgão supremo de tomada de decisão da

associação. Apenas os *Full Members* têm direito de voto, enquanto os *Associate Members* apenas desempenham um papel consultivo, sem direito de voto em AG. A Assembleia Geral é convocada anualmente e: (i) eleger os membros do Conselho de Administração, o seu Presidente, Vice-Presidente(s) e Tesoureiro; (ii) decide sobre a admissão e exclusão de Membros Plenos e Membros Associados; e (iii) aprova o orçamento e as contas anuais, juntamente com o programa de trabalho e relatório de atividades, entre outros assuntos. A RAA, como Membro Pleno, tem assento e direito de voto na AG.

Na reunião de 29 de maio de 2015, em Bruxelas, a RAA esteve representada pela SRMCT-DRCT Nelson Simões e foi apresentada decisão de não apresentar candidatura para renovar assento no Conselho de Administração.

O **Comité Permanente** (*Standing Committee - SC*) da NEREUS é um órgão estabelecido em 2015 para dar resposta aos desafios técnicos/estratégicos levantados pelo programa de trabalhos para 2016/2017. Este comité é composto por especialistas multidisciplinares com profundo conhecimento das respetivas capacidades regionais no que refere ao Espaço e tecnologias associadas. Como órgão de aconselhamento estratégico ao CA, tem como missão principal o aconselhamento especializado, informado e orientado para o futuro.

Em abril de 2015 a RAA indicou a Doutora Ana Martins (DOP-Universidade dos Açores) e o Doutor Artur Gil (investigador independente a desenvolver trabalho na Universidade dos Açores com bolsa de pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia), como especialistas da Região a integrar o SC NEREUS (SGC 0060/2015/2157).

A 21 de outubro de 2015, o I *Standing Committee* NEREUS em Milão contou com a participação do Doutor Artur Gil financiada por verbas da SRMCT-DRCT.

O envolvimento nesta associação e as atividades de *networking* que têm sido desenvolvidas no âmbito das aplicações das tecnologias espaciais e da observação da Terra, têm garantido à Região acesso a informação, consórcios e projetos internacionais, que têm permitido aumentar o aproveitamento dos Programas Copernicus e Galileo:

2015-2017 – Call for Tender - Framework Contract No 385/PP/2014/FC - Copernicus User Uptake Framework Contract “Engaging with public authorities, the private sector and civil society for Copernicus user uptake” – O valor depende do envolvimento da RAA.

Este projeto, ao qual a RAA tem acesso via NEREUS, visa aumentar o grau de utilização dos dados/serviços provenientes do Programa Copernicus através do envolvimento de *stakeholders* nos vários setores (público, privado e não-governamental).

Ao longo dos 18 meses do projeto vão sendo lançadas convocatórias para pequenas prestações de serviços para eventos de estudo/promoção do grau de utilização deste Programa, nomeadamente:

“Engaging with public authorities, the private sector and civil society for Copernicus User Uptake” - Out.-Nov. 2015 – 1.740,00 €

“Improving Copernicus take-up among Local and Regional Authorities via dedicated thematic workshops” – Set. 2015 – 15.000,00 €

Como resultado do envolvimento em projetos e para a respetiva implementação tem sido necessário levar a cabo e/ou participar numa série de eventos na Região e no estrangeiro. Esta também tem sido uma forma de capitalizar os esforços de *networking* que têm sido feitos no sentido de potenciar a utilização dos dados e serviços Copernicus:

**03/12/2015 - Reunião de preparação de candidatura à convocatória H2020 EO-2-2016
“Downstream Applications for Public Authorities”**

Reunião entre FRCT/DRCT e Direção Regional das Pescas, Direção Regional dos Assuntos do Mar, Direção Regional dos Transportes, Inspeção Regional das Pescas e Portos dos Açores, com apoio do Departamento de Oceanografia e Pescas – UAç, no sentido de articular interesses da RAA numa possível candidatura; Organização DRCT/FRCT, Horta, Faial, Açores.

12/11/2015 - Workshop “Natural Resource Management using Copernicus’ Data and Services”

Participação do TS Francisco LWFM Macedo acompanhado pelo TS Ruben S Amaral da DRRF, no âmbito do contrato *“Service Agreement in the framework of the ESA Contract N. 4000110850/14/I-BG - Improving Copernicus take-up among Local and Regional Authorities via dedicated thematic workshops”*; Organização bavAIRia e. V., Munique, Alemanha.

20/10/2015 - Workshop “Trip from Mountains to Valley: Copernicus satellites as ‘sentinels’ of environmental and economical changes”

Participação do Sr. DRCT (acompanhado do TS António JQ Medeiros da DRAG) no âmbito do contrato *“Service Agreement in the framework of the ESA Contract N. 4000110850/14/I-BG - Improving Copernicus take-up among Local and Regional*

Authorities via dedicated thematic workshops”; Organização Regione Lombardia, Milão, Itália.

20/10/2015 Reunião com Comissão Europeia (*DG for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs | GROW.DDG3.I1 – Space Policy and Research*)

Reunião entre TS Francisco LWFM Macedo e Apostolia Karamali, Nicolas Peter e Salvatore Pignataro (DG GROWTH) sobre a convocatória Horizonte 2020 EO-2-2016 “*Downstream Applications for Public Authorities*” em regime de Pre-Comercial Procurement; Comissão Europeia – DG GROWTH, Bruxelas, Bélgica.

29/09/2015 - Reunião de Stakeholders Observação da Terra

Reunião com NEREUS, Agência Espacial Alemã (DLR) e stakeholders regionais com interesse em aplicações de dados de Observação da Terra (OT); Organização DRCT/FRCT, Biblioteca Municipal e Arquivo de Ponta Delgada, Ponta Delgada, São Miguel, Açores.

28/09/2015 - Workshop “The use of sentinel data for supporting land and marine spatial planning and management – specificities of small oceanic islands”

Organização no âmbito do contrato ESA-NEREUS “*Service Agreement in the framework of the ESA Contract N. 4000110850/14/I-BG - Improving Copernicus take-up among Local and Regional Authorities via dedicated thematic workshops*”; Organização DRCT/FRCT com apoio DROPC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, Ponta Delgada, São Miguel, Açores.

28/05/2015 - Workshop SPACE4GROWTH and Jobs: the role of regional policies and programs”

Participação do Sr. DRCT (Doutor Nelson Simões) em representação da RAA; Organização NEREUS e Comité das Regiões da EU, Bruxelas, Bélgica.

18-22/05/2015 - Evento “22nd European VLBI for Geodesy and Astrometry (EVGA) Working Meeting”

Organização DRCT/FRCT em colaboração com a DROPC, Ponta Delgada/S. Miguel e Vila do Porto/S. Maria.

Implementação de infraestruturas de base tecnológica

A RAA tem vindo a desenvolver o seu potencial em áreas científicas e tecnológicas específicas, em função da sua localização geográfica e condições naturais, mas também das competências e valências já existentes e/ou em construção, cujo *know how* e excelência precisam de ser reforçados, em prol do desenvolvimento socioeconómico regional, mas também da sua projeção internacional. Entre essas áreas encontram-se as ciências e as tecnologias do mar, as pescas, o ambiente, as alterações climáticas e a biodiversidade, a vulcanologia/sismologia e a prevenção de riscos geológicos, a biotecnologia agroindustrial e marinha e a tecnologia espacial.

É, pois, de relevar a aposta do GRA na captação de investimentos num conjunto de infraestruturas técnico-científicas, como é o caso das relacionadas com a área da tecnologia aeroespacial. Atualmente, são já muito significativos os avanços alcançados ao nível da implementação destas infraestruturas e do desenvolvimento de projetos centrados na utilização de Tecnologia Espacial, com considerável reflexo no posicionamento estratégico dos Açores nesta matéria, enquanto elo de uma importante cadeia internacional.

São exemplos dessas infraestruturas:

- A estação de rastreio de satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), em Santa Maria, que passa, a partir de 2009, para duplo uso (Observação da terra e serviços de seguimento/*tracking*);
- A Galileo Sensor Station (GSS), em Santa. Maria;
- Estação RAEGE, também em Santa Maria (já inaugurada) e a das Flores (trabalhos iniciais de preparação), integradas na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, destinadas à realização de estudos de radioastronomia, geodesia e geofísica;
- Estação ARM, na Graciosa, que se apresenta como um observatório e uma plataforma internacional de estudos climáticos avançados no Atlântico;
- Estação de Infrassons I42PT, na Graciosa, destinada a monitorizar a realização de ensaios nucleares.

Todos estes projetos, cujo acompanhamento está a ser feito pela DRCT, são estruturantes pelo papel de centralidade que assumem nesta área do Atlântico Norte, abrindo novas oportunidades e desafios à sociedade açoriana em termos de conhecimento, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconómico.

RAEGE – REDE ATLÂNTICA DE ESTAÇÕES GEODINÂMICAS E ESPACIAIS

Tem sido dada particular atenção aos projetos de implantação de infraestruturas tecnológicas na região, em particular no domínio do Espaço. O esforço de captação de investimentos e desenvolvimento de projetos desta área teve início na extinta DRCTC, tendo a responsabilidade de todos os projetos transitado para a DROPTC em 2013 e passado de novo para a DRCT em 2014.

O projeto RAEGE nasce a 29 de abril de 2010, tendo sido assinado entre o Governo dos Açores (GRA), através do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (SRCTE), e o Instituto Geográfico Nacional (IGN) do Ministério do Fomento do Governo de Espanha, representado pelo seu Diretor Geral, D. Alberto Sereno Alvarez, um memorando de entendimento tendo em vista a cooperação para o estabelecimento de RAEGE, através de um projeto de instalação e funcionamento operativo de 4 estações geodésicas fundamentais (EGF), destinadas à realização de estudos de radioastronomia, geodesia e geofísica, localizadas em Yebes/Guadalajara; nas Canárias; em Santa Maria e nas Flores.

À data, encontra-se concluído na Região o processo de instalação da Estação Geodésica e espacial de Santa Maria, **inaugurada a 20 de maio de 2015**, destinada à realização de estudos na área de astronomia, geodesia, geofísica e das correspondentes aplicações de serviço público e integrada na Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE).

Em 2015 deu-se início ao processo de reequipamento e apetrechamento da estação RAEGE de Santa Maria: foram adquiridos alguns consumíveis, materiais e equipamentos básicos, nomeadamente mobiliário e algum equipamento informático.

A **22 de abril de 2015** foi celebrado um contrato de comodato entre a SEGMA e a RAA (DRCT), de acordo com o qual a primeira cede à segunda, a título gratuito, o prédio rústico, as instalações e os equipamentos onde se encontra localizada a RAEGE, pelo período de 1 ano, sendo sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo se qualquer uma das partes o denunciar.

Foi também assinado com a GLOBALEDA, a **26 de maio de 2015**, um contrato de prestação de serviços para a gestão e operacionalização da estação de Santa Maria até final de 2015, no valor global de 88.382,00€ (IVA incluído). Encontram-se a desempenhar funções na estação dois engenheiros remunerados pelo parceiro espanhol.

ESTAÇÃO ARM - ATMOSPHERIC RADIATION MEASUREMENT

O projeto ARM resulta de um programa internacional promovido pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos, o qual é desenvolvido através do National Laboratory de Los Alamos (EUA). Nos Açores, o projeto conta com o apoio do GRA e com a parceria da Universidade dos Açores através do Centro de Meteorologia e Mudanças Globais, encarregue de toda a gestão técnica. Tem como objetivo o desenvolvimento, na Ilha Graciosa, de estudos de longa duração sobre os fenómenos atmosféricos no Atlântico Norte, projetando assim de forma decisiva no panorama científico internacional, não apenas aquela Ilha, mas também a Região e o País.

Aproveitando a localização estratégica dos Açores e a sua centralidade no Atlântico Norte, este observatório de investigação climática apresenta-se como uma plataforma internacional de estudos climáticos avançados no Atlântico, destinada à compreensão das interações oceano/atmosfera, em particular ao estudo dos mecanismos microfísicos da formação e influência das nuvens marinhas sobre o clima atual, bem como, com especial relevância, a sua influência sobre o clima futuro.

A escolha dos Açores para a instalação desta estação resultou do êxito de uma primeira campanha do projeto (estação móvel) realizada nos anos de 2009 e 2010, que contou também com o apoio do Governo dos Açores e na qual foi possível constatar que as condições de localização do Arquipélago e concretamente a pouca área e altitude da Ilha Graciosa são ideais para o estudo de um conjunto de fenómenos da relação oceano/atmosfera que influenciam o clima global e que interferem de forma relevante nas mudanças climáticas.

O FRCT, tendo sido mandatado pelo Governo Regional dos Açores para assumir oficialmente o papel de importador dos materiais e equipamentos, procedeu às diligências legais, aduaneiras e tributárias, relacionadas com a importação dos equipamentos, cuja instalação *in loco* se iniciou na última semana de setembro de 2013.

A estação ARM da Graciosa já se encontrava, em fevereiro de 2014, praticamente concluída, assim como nesse mesmo mês se iniciou a transferência dos equipamentos para as plataformas definitivas. Em março de 2014, decorreram contactos no sentido de se averiguar a possibilidade de inauguração oficial da estação, aquando da visita estatutária do GRA em abril de 2014 à Graciosa, com a possível vinda dos parceiros americanos para assinatura do memorando. Por motivos de dificuldades de agenda e ainda pela necessidade de análise e

validação do documento/memorando por parte das várias entidades americanas, não foi possível concretizar a cerimónia. Em Abril de 2014, após a nova equipa reitoral da UAÇ ter tomado posse, foram acrescentadas ao memorando pequenas sugestões relacionadas com a participação da FGF (Fundação Gaspar Frutuoso). Em 21 de agosto de 2014 os parceiros americanos remeteram a versão final do memorando.

Em agosto de 2015, para preparação da visita estatutária do GRA à Graciosa (7 a 9 de setembro de 2015), o gabinete, em ficha/memorando, foi informado sobre o projeto (email de 20 de agosto de 2015) que naquele momento, segundo o interlocutor regional, o Professor Eduardo Brito de Azevedo, no contacto com os parceiros americanos, já não se justificaria uma cerimónia oficial de assinatura e/ou inauguração.

A 31 de agosto de 2015 foi confirmada a versão final do memorando, através de email enviado à Sra. Assessora, Dra. Graça Teixeira. Em 15 de setembro de 2015, no seguimento de solicitação, por parte do Professor Eduardo Brito de Azevedo - que havia sido informado que um representante do Laboratório de Los Álamos estaria presente na reunião bilateral US-Portugal em Washington e lhe pediam informações sobre o memorando - foi reencaminhado por email a versão definitiva do memorando, dando conhecimento também ao gabinete.

Aguarda-se a assinatura do memorando de entendimento com o seu envio aos parceiros americanos e regionais, tendo o gabinete ficado de tratar o assunto, o qual, efetivamente, não avançou.

Estratégia e ecossistema de inovação: iniciativas de ID&I empresariais / parques de ciência e tecnologia

As iniciativas no domínio da I&DI agrupam, também, todo o tecido empresarial que se constitui como parceiro fundamental no que à transferência e uso do conhecimento diz respeito. Relativamente a este setor, não tendo sido ainda atingida a dimensão e alcance desejáveis, em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, em 2015, desenvolveu-se o estudo e iniciou-se o trabalho de **elaboração de regulamentação/edital/aviso de concurso** para este grupo de destinatários, designadamente, através da promoção de projetos de investigação em contexto empresarial.

Esta medida de apoio à ID&I em contexto empresarial, a lançar pelo PO Açores 2020 em 2016, enquadrada no *Eixo Prioritário 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*, Prioridade de Investimento 1.2., Objetivo Específico 1.2.1 - *Fomentar as iniciativas de I&D de contexto empresarial, reforçando a ligação das empresas aos centros de I&D e ao ensino superior*, complementa as restantes medidas de apoio às empresas, no âmbito do Competir+ e do Eixo 3 do PO, com vista a potenciar a competitividade das empresas, o empreendedorismo, a qualidade, a inovação, a criação de emprego e o desenvolvimento económico e social regional.

O objetivo é fomentar as iniciativas de ID&I em contexto empresarial, através do apoio ao desenvolvimento da inovação, da cooperação e da criação de sinergias entre as empresas e as restantes entidades do SCTA, ao aumento da intensidade e do investimento em atividades de ID&I nas empresas e respetiva valorização económica. Por outro lado, pretende-se estimular a incorporação de novos conhecimentos e capacidades que permitam o desenvolvimento de processos, serviços ou sistemas inovadores, ou de novos produtos, ou, ainda, a melhoria dos existentes, através do apoio a projetos que envolvam atividades de investigação aplicada e/ou de desenvolvimento experimental.

Paralelamente, de forma complementar e integrada, numa estratégia política que se apresenta coerente e articulada, o GRA está em pleno processo de implementação dos **Parques de Ciência e Tecnologia**. São sobejamente conhecidos os objetivos destas infraestruturas que concentram diversos serviços, espaços e atividades que visam estimular sinergias e aproximar os centros de conhecimento (universidades, centros de investigação e escolas) do setor produtivo (empresas em geral), por forma a facilitar o desenvolvimento de inovações técnicas, novos processos ou ideias, tornando as empresas e a economia mais competitivas. A interação entre as empresas e as universidades e a troca de experiências entre as próprias empresas têm vindo a ser consideradas decisivas no desenvolvimento económico de uma região, em virtude de criarem as condições para o aparecimento de incubadoras e empregos qualificados em empresas sustentáveis e de base tecnológica, capazes de oferecer produtos e serviços de valor acrescentado no mercado global.

O paradigma atual na EU, ao nível do apoio à investigação, obriga à reorientação da mesma com vista à procura de um conhecimento inovador e com uma forte orientação aplicada. Esse desiderato, a par da promoção da transferência do conhecimento e das tecnologias, tem como linhas condutoras a potencial valorização económico-social da investigação, que não exclusivamente científica, e o estabelecimento de parcerias científicas consistentes e

multidisciplinares, capazes de responder aos desafios e reais necessidades das regiões, e à sua projeção no mundo global.

Neste contexto, os Parques de Ciência e Tecnologia das ilhas de S. Miguel e Terceira pretendem assumir um carácter estruturante em áreas emergentes no domínio das tecnologias ligadas às ciências da terra, do espaço e do mar e, também, nas áreas das ciências agrárias, agropecuária, agroindústria e biotecnologia. Constituem os primeiros grandes polos de competitividade e inovação da Região criados com base em estruturas nucleares de investigação ligadas quer à prestação de serviços públicos, quer à dinamização do setor privado.

Tendo o projeto dos Parques de Ciência e Tecnologia começado a ser concebido na legislatura de 2000-2004 e a ser implementado nas legislaturas de 2004-2008 e 2008-2012, sempre sob alçada da DRCT, registou-se a sua transição para a DROPTC em 2013 e nova transição para a DRCT em 2014, tal como sucedeu com a RIS3, a Agenda Digital e a RAEGE.

Neste âmbito, foi, entre 2014 e 2015, dada continuidade a algumas das ações já em curso e iniciadas novas ações com vista ao bom andamento dos processos relacionados com os Parques, conforme se descreve nos pontos seguintes.

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO MIGUEL - NONAGON

Entre 2009 e 2014 procedeu-se à construção das caves e do lote 36, destinado à instalação de empresas na área da Tecnologias da informação e comunicação.

- A 1ª Fase, relativa à **Construção das Caves**, já havia sido concluída em 2010/2011 - Valor pago nos termos do contrato ARAAL: 5.396.502,88€; Adjudicante: Câmara Municipal de Lagoa / Adjudicatária: Marques, Lda.
- A 2ª Fase, Construção do **Lote 36**, também se encontra concluída (2012-2014), com um investimento no valor de 7.711.200,00€ (ao qual acresce IVA);
- Em 2015, concluiu-se o procedimento de adjudicação, transitado da DROPC, para aquisição/fornecimento e montagem do equipamento de informática e do mobiliário para o Lote 36 (Centro de Ciência, Tecnologia e Informação);

- Foi inaugurado a **04 de setembro de 2015** o **1º edifício (lote 36)**, “o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Açores” correspondendo à principal estrutura do Parque e de apoio aos restantes edifícios, disponibilizando cerca de 1.000 m2 para instalação de empresas de base tecnológica e incluindo uma área específica destinada ao espaço de incubação de empresas desta natureza, encontrando-se já ocupado cerca de 80 por cento do espaço disponível.
- Procedeu-se à adjudicação de serviços de atualização/revisão do projeto do **Lote 32** – “Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação”, também ligado à componente empresarial, aguardando-se a entrega do projeto, ao que se seguirá a preparação do concurso para o lançamento da empreitada, de modo a que, em cenário normal, se possam iniciar os trabalhos de construção no primeiro semestre de 2017.

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ILHA TERCEIRA – TERINOV

O processo relativo à construção do Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira sofreu um significativo impulso em 2015:

- Foi aprovada a Resolução do Conselho de Governo, de **26 de fevereiro de 2015**, para a participação da Região Autónoma dos Açores na **associação sem fins lucrativos e de natureza científica, tecnológica e de formação denominada Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira (PCTTER)**, conferindo ao Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, os poderes necessários para representar a Região no ato constitutivo da associação.
- Foi criada a **Associação PCTTER – Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, com ato constitutivo datado de 18 de março de 2015**;
- Procedeu-se ao **lançamento, em junho de 2015, de um concurso de ideias** para atribuição de uma designação original ao Parque, agora designado **TERINOV**, a proposta vencedora;

- Foram, ainda, adjudicadas em 2015 as prestações de serviço para a execução dos projetos de arquitetura, de infraestruturas de loteamento e arranjos exteriores e para a execução dos projetos de especialidades;
- A **7 de Agosto de 2015** foi lançado **concurso internacional para a empreitada**.

INICIATIVAS NA ÁREA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Centros de Ciência

Os Centros de Ciência dos Açores são espaços vocacionados para a divulgação da cultura científica e tecnológica, através de ações dirigidas à população em geral, mas particularmente destinadas ao público juvenil e escolar, incidindo na apresentação de exposições, preferencialmente interativas, realização de palestras, *workshops*, ateliers de ciência, atividades laboratoriais e outras que visem despertar o interesse por temáticas de cariz científico.

A rede de Centros de Ciência dos Açores teve o seu início na legislatura de 2000/2004 e manteve-se nas legislaturas seguintes, sempre sob a alçada da DRCT. Congrega atualmente um conjunto de **6 centros/observatórios de divulgação científica**, de gestão privada, cujo financiamento é assegurado pelo GRA, nos valores anuais abaixo indicados (conforme protocolos assinados em 2013 que estabeleceram uma redução de valores na ordem dos 16% face aos anteriormente em vigor). Incluída em cada uma destas verbas destinadas ao funcionamento dos centros, encontra-se o financiamento de **3 ou 4 contratos de trabalho por centro**, consoante os casos (1 administrativo ou assistente operacional e 2 ou 3 técnicos superiores por cada centro), num total de **21 contratados**. Desde 2013, o financiamento base anual é, assim, de **513.000,00€**.

Centro de Ciência	Localização	Entidade de gestão	Financiamento
Observatório Astronómico de Santana (OASA)	Rabo de Peixe	Fundação Socioprofissional e Cultural da Ribeira Grande	95.000,00€
Observatório Microbiano (OMIC)	Furnas	Fundação Socioprofissional e Cultural da Ribeira Grande	70.000,00€
ExpoLab (recentemente integrado na rede Nacional de Centros Ciência Viva)	Lagoa	Sociedade Afonso de Chaves	105.000,00€
Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores (OVGA)	Lagoa	Associação Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores	70.000,00€

Observatório do Mar dos Açores (OMA)	Horta	Associação Observatório do Mar dos Açores	70.000,00€
Observatório do Ambiente dos Açores (OAA)	Angra do Heroísmo	Observatório do Ambiente dos Açores	103.000,00€

A evolução do financiamento base dos centros nos últimos anos consta do quadro seguinte:

Ano	Nº de centros	Valor do financiamento base
2012	5	525.000,00€
2013	5	443.000,00€
2014	6	513.000,00€
2015	6	513.000,00€

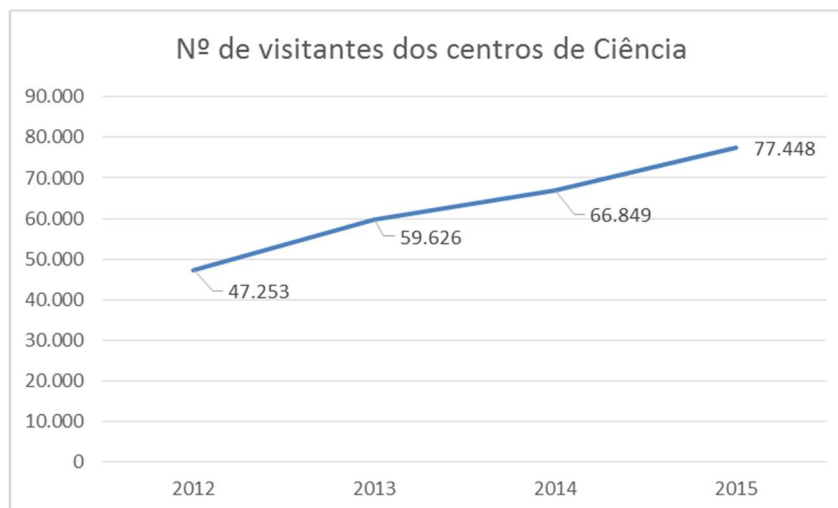
Porém, para além do financiamento base anual, são apoiados projetos específicos promovidos por cada um dos centros, considerada a sua relevância e a disponibilidade financeira da DRCT, ou reforçado o seu financiamento face a alguma despesa imprevista. A evolução destes financiamentos específicos integra o quadro abaixo:

Ano	Nº de centros	Valor do financiamento base	Valor dos projetos específicos	Total
2012	5	525.000,00€	48 283,00 €	573.283,00€
2013	5	443.000,00€	0	443.000,00€
2014	6	513.000,00€	0	513.000,00€
2015	6	513.000,00€	51 356,80 €	564.356,80 €
				2.623.250.70€

Em 2015, como nos anos anteriores, procedeu-se ao acompanhamento do funcionamento da rede de centros de ciência, mediante análise dos seus relatórios de execução técnico-financeira e planos de atividades e a realização de visitas e reuniões de acompanhamento.

O impacto dos centros de ciência na comunidade pode ser aferido, entre outros indicadores, pelo seu número de visitantes que se situou em cerca de **77.448 mil** no conjunto dos 6 centros, em final de 2015.

Ano	Nº de visitantes dos centros de Ciência
2012	47.253
2013	59.626
2014	66.849
2015	77.448



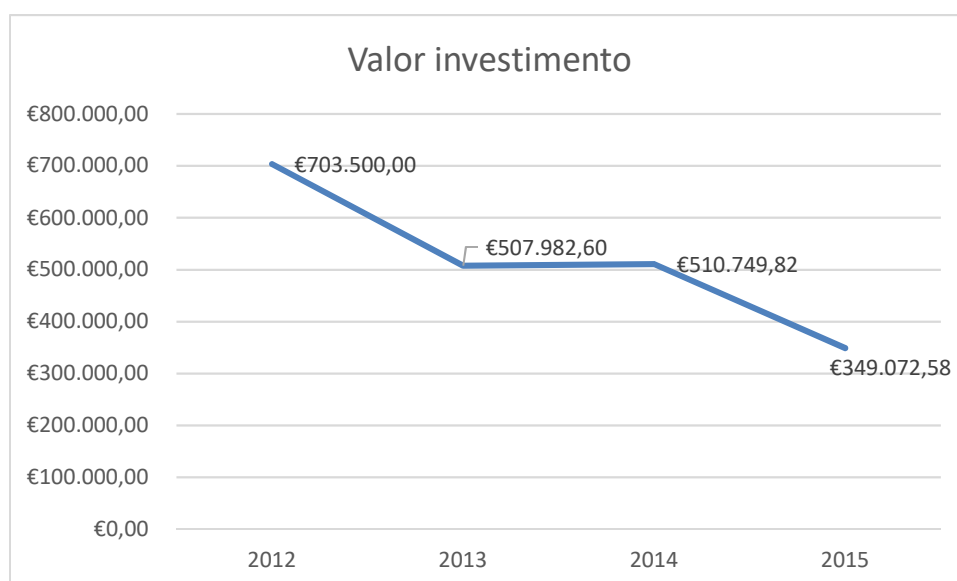
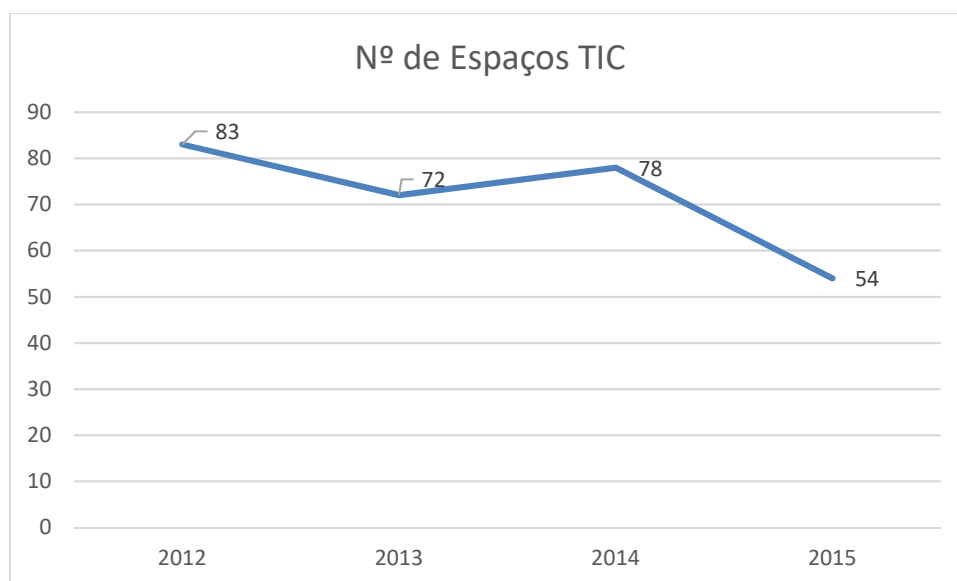
Espaços TIC

Os Espaços TIC são lugares públicos de acesso gratuito às TIC e à Internet, prosseguindo objetivos, tais como: promover a infoinclusão dos açorianos; proporcionar aos cidadãos alternativas de ocupação de tempos livres; realizar atividades formativas na área das TIC; facilitar a transferência de *know-how* tecnológico; difundir a cultura tecnológica junto do público em geral; assegurar a democraticidade da sociedade da informação, reduzindo os efeitos da insularidade.

A implementação da Rede de Espaços TIC nos Açores constitui um projeto que já atravessou diversas legislaturas, sob a responsabilidade da DRCT entre 2001 e 2012. Em 2013, esta medida transitou para a DROPTC e em 2014 foi reintegrada na DRCT.

Em 2015 a DRCT tem vindo a efetuar a gestão e acompanhamento da Rede de Espaços TIC aprovados na sequência das duas edições de concurso abertas no final de 2014. A evolução do número de Espaços TIC apoiados e do valor de financiamento global foi o seguinte:

Ano	Nº de Espaços TIC	Valor investimento
2012	83	703.500,00 €
2013	72	507.982,60 €
2014	78	510.749,82 €
2015	54	349.072,58 €
Total		2.071.305,00 €



A evolução decrescente do número e investimento dos espaços TIC justifica-se com a menor necessidade dos mesmos, dada a proliferação nas famílias do uso das Tic. Em todo o caso a sua existência continua a fazer sentido, designadamente, com maior ênfase em zonas rurais e/ou em áreas com jovens em risco e/ou com população idosa.

Concurso CanSat Açores

O projeto CANSAT é uma competição organizada pela Agência Espacial Europeia (ESA), destinada a estudantes do ensino secundário, que tem como principal objetivo a construção, configuração e lançamento de um satélite miniaturizado (CanSat). O desafio para os alunos consiste em projetar, construir, testar em voo e operar o satélite em todas as suas envolventes, cumprindo um plano de ação e um orçamento financeiro previamente definidos.

No seguimento da participação da Escola de Santa Maria nesta competição europeia, a Região Autónoma dos Açores manifestou interesse na implementação de um programa específico CANSAT nos Açores, tendo em conta, também, o relevante desenvolvimento do domínio aeroespacial na Região e eventual constituição de um *cluster* nesta área. Neste contexto, a ex-DROPTC, em colaboração com a AeroEspaço/ACTV, que organiza a competição em Portugal (com o apoio da Ciência Viva), elaborou um plano de ação para 3 anos, para a implementação de um Programa CANSAT nos Açores.

Tendo o projeto transitado para a DRCT, foi organizada a competição **CANSAT AÇORES 2015**, bem como a participação na final nacional (com 3 equipas açorianas, as quais conseguiram o pódio a nível nacional) e a participação na final europeia, ambas em Santa Cruz – Torres Vedras. O valor global desta iniciativa foi de **88.735,48 €**.

GESTÃO DE INCENTIVOS - ABERTURA DE CONCURSOS OU APOIO A INICIATIVAS ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DO PRO-SCIENTIA

A atribuição de incentivos na área da ciência e tecnologia encontra-se enquadrada no **PRO-SCIENTIA**. O financiamento de projetos decorre, em regra, da aprovação de candidaturas, no âmbito de concursos públicos, embora, em casos devidamente fundamentados e em função da dimensão estratégica ou do interesse regional, possam ser aprovados e financiados projetos específicos, não enquadrados em processo de concurso público, conforme preconizado no artigo 5º do Decreto Regulamentar Regional nº 17/2012/A de 4 de julho (PRO-SCIENTIA).

A direção regional com competências nas áreas da ciência e tecnologia ou o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, no caso de o financiamento ser assegurado por este, são as entidades públicas responsáveis pela gestão do PRO-SCIENTIA.

Compete-lhes:

- Autorizar a abertura de concurso;

- Elaborar e publicitar os editais;
- Rececionar e validar as candidaturas;
- Verificar as condições de elegibilidade dos promotores e das candidaturas;
- Solicitar ou emitir pareceres;
- Proceder à avaliação das candidaturas;
- Definir e aprovar os montantes dos incentivos a conceder e as condições de execução dos projetos;
- Proceder ao pagamento dos incentivos;
- Acompanhar a execução dos projetos;
- Revogar a decisão e atribuição do financiamento.

A gestão dos financiamentos atribuídos no âmbito do PRO-SCIENTIA é feita através da plataforma idia-SG, devendo os utentes do SCTA registar-se nesta plataforma, onde podem:

- Acompanhar processos de concursos; Aceder a formulários; Acompanhar o estado dos seus projetos; Submeter relatórios.

Um conjunto diversificado de medidas, além do apoio aos projetos de investigação, está previsto no sistema de incentivos da DRCT, as quais foram sendo abertas no decurso desta legislatura, designadamente as medidas de apoio:

- Ao funcionamento e gestão dos centros de investigação do SCTA;
- À produção, formação e divulgação científica especializada, nomeadamente de apoio à organização de reuniões científicas, à publicação de edições científicas, à participação de investigadores em reuniões científicas, à participação em reuniões e missões para parcerias científicas em redes e/ou projetos;
- Ao ensino experimental das Ciências e a iniciativas e projetos de difusão da cultura científica, designadamente apoio à participação e organização de iniciativas/eventos de divulgação científica e tecnológica e sensibilização para o uso de serviços digitais;
- Ao desenvolvimento das TIC, designadamente com o apoio ao cidadão com deficiência, com equipamentos informáticos adaptados e formação das entidades públicas de apoio social ou educativo que os acolhem; apoio a ações de sensibilização para o uso de serviços digitais; apoio aos espaços TIC - lugares públicos de acesso gratuito às TIC e à

Internet, prosseguindo os seguintes objetivos: promover a infoinclusão dos açorianos; proporcionar aos cidadãos alternativas de ocupação de tempos livres; realizar atividades formativas na área das TIC; facilitar a transferência de tecnologia; difundir a cultura tecnológica junto do público em geral; assegurar a democraticidade da sociedade da informação, reduzindo os efeitos da insularidade.

Nos últimos anos, foram abertos os seguintes concursos:

Ano	Nº de concursos abertos
2012	7
2013	2
2014	6
2015	5

Individualizam-se, de seguida, **algumas das medidas do PRO-SCIENTIA com maior relevo na ação da DRCT nos últimos anos e, em particular, em 2015.**

APOIO AOS CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU A ENTIDADES DE APOIO À DEFICIÊNCIA

O concurso de apoio à aquisição de equipamentos e software na área das TIC para instituições com infraestruturas de apoio a cidadãos com deficiência abriu em 2012 e 2015, visando, genericamente, o apoio à aquisição, pelas **unidades orgânicas da rede pública de educação e ensino e/ou instituições de apoio à deficiência**, de equipamentos informáticos, incluindo periféricos adaptados e/ou software específico, para utilização por alunos/cidadãos com deficiência orgânica, motora, visual, auditiva, mental, paralisia cerebral ou multideficiência.

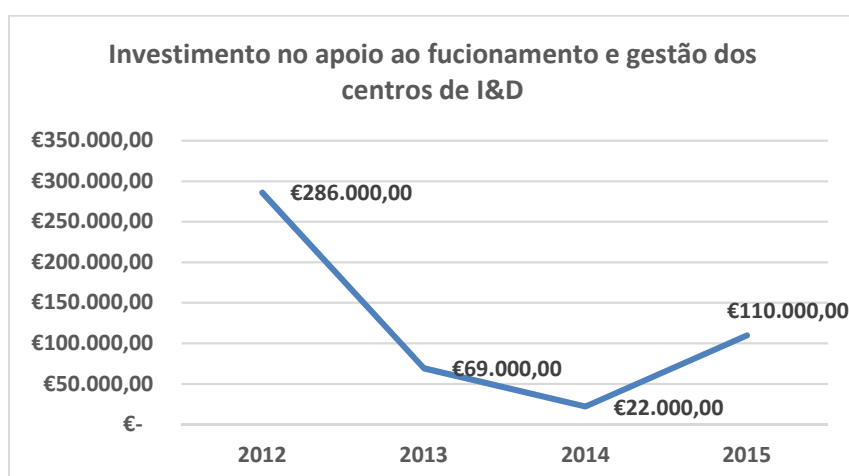
A evolução do número de projetos (apoios atribuídos) e do investimento encontra-se refletida em quadro e gráfico que se seguem:

Ano	Nº de projetos	Valor investimento
2012	122	148.196 €
2013		0 €
2014		0€
2015	17	44.748,54 €

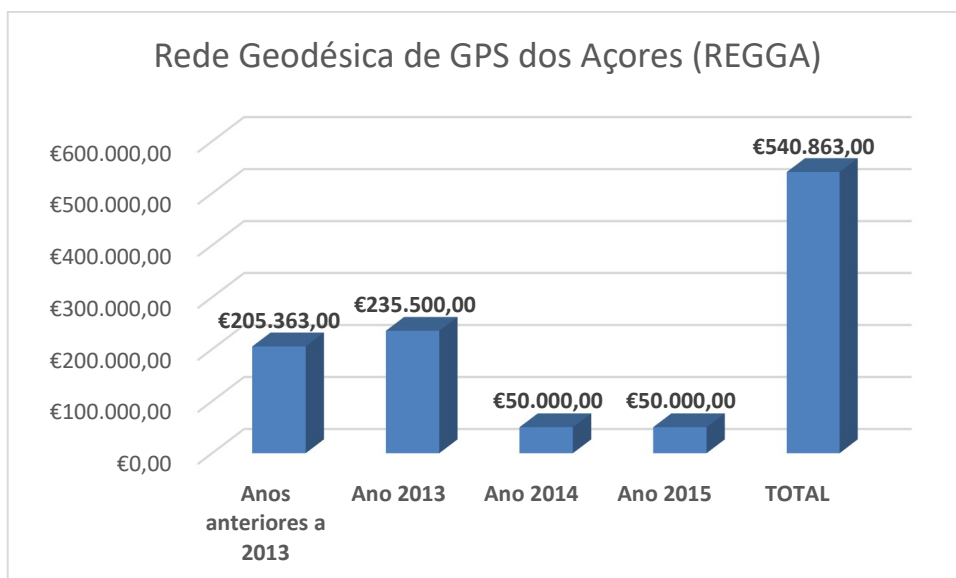
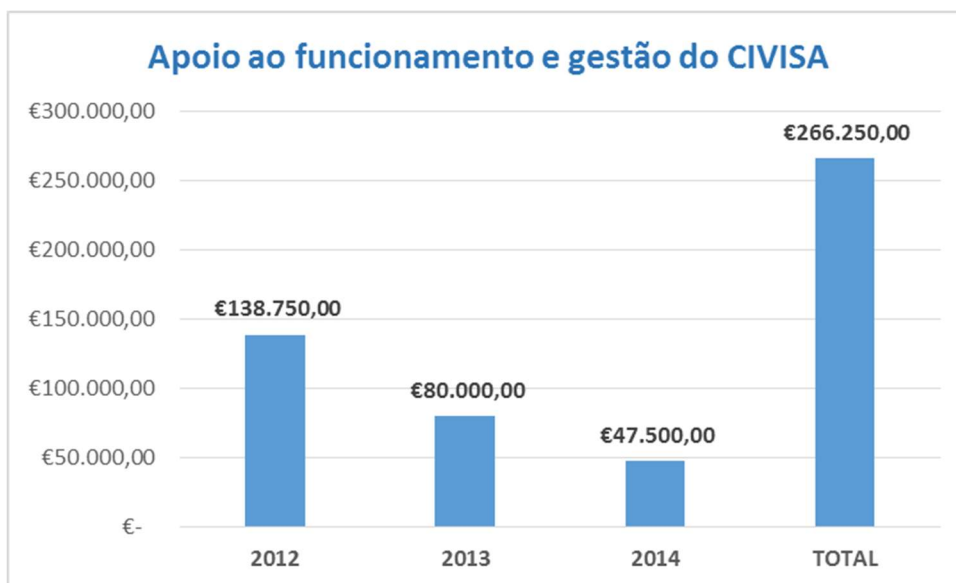
APOIO AO FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Os objetivos da medida de apoio ao funcionamento e gestão dos centros de investigação são: favorecer a sustentabilidade e o crescimento dos centros e unidades de investigação, cujas atividades contribuem para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (RAA); atenuar o impacto dos custos de insularidade nas atividades de I&D e propiciar a adoção de mecanismos de gestão e coordenação científica eficientes nos centros e unidades de investigação da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Foram abertos concursos para esta medida em 2012, 2013 e 2015, de que resultaram os projetos (número de centros apoiados) e o investimento transpostos para os dois gráficos que se seguem. Estava prevista a abertura de um concurso em 2014, o qual não chegou a concretizar-se devido à cativação extraordinária que incidiu sobre o Plano nesse ano. Foi, no entanto, apoiado um projeto/centro a título individual/excecional, também considerado nos gráficos seguintes.

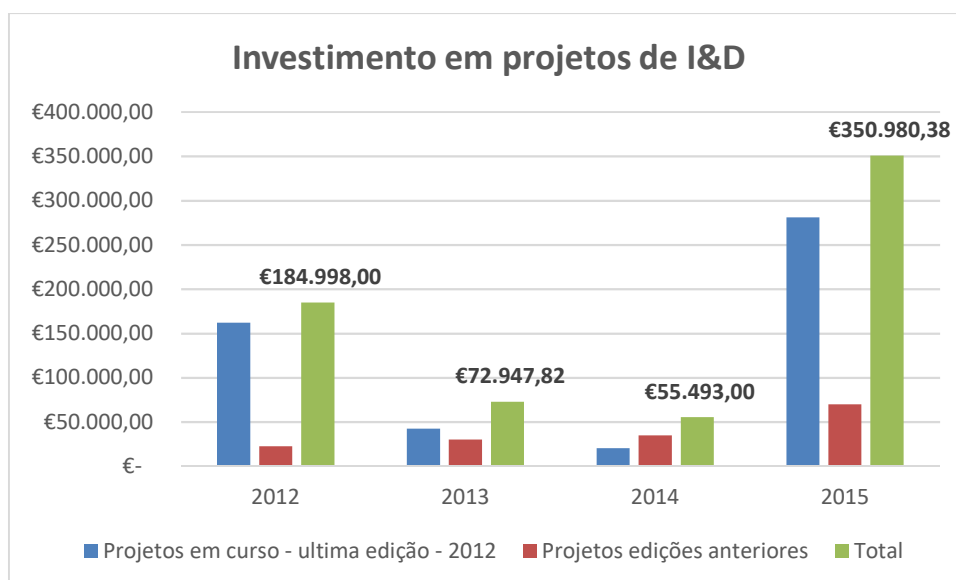


Para além do apoio aos centros de investigação, foi ainda concedido apoio para o **funcionamento e gestão do CIVISA** (Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores) entre 2012 e 2014, num total de **266.250,00€**, ao abrigo do protocolo assinado em janeiro de 2012, assim como a conclusão de um apoio no âmbito da criação de uma rede Científica de Monitorização Permanente - REGGA - **Rede Geodésica de GPS dos Açores**, no valor de **540 863,00 €**.



APOIO A PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO

Ano	Nº de Projetos	Valor investimento	Valor anos subsequentes
2011/2015	4 Projetos em curso edições anteriores	376.668,16	18.400
2012/2015	Início de 16 projetos aprovados	506.139,92	112.120,06
Total		882 808,08€	130 520,06



INCENTIVO À PRODUÇÃO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ESPECIALIZADA E À DISSEMINAÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

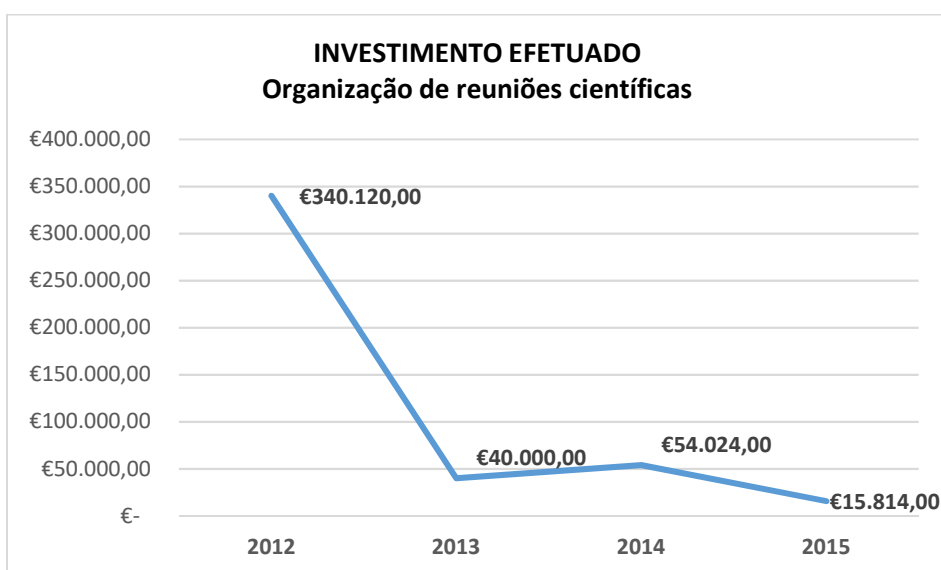
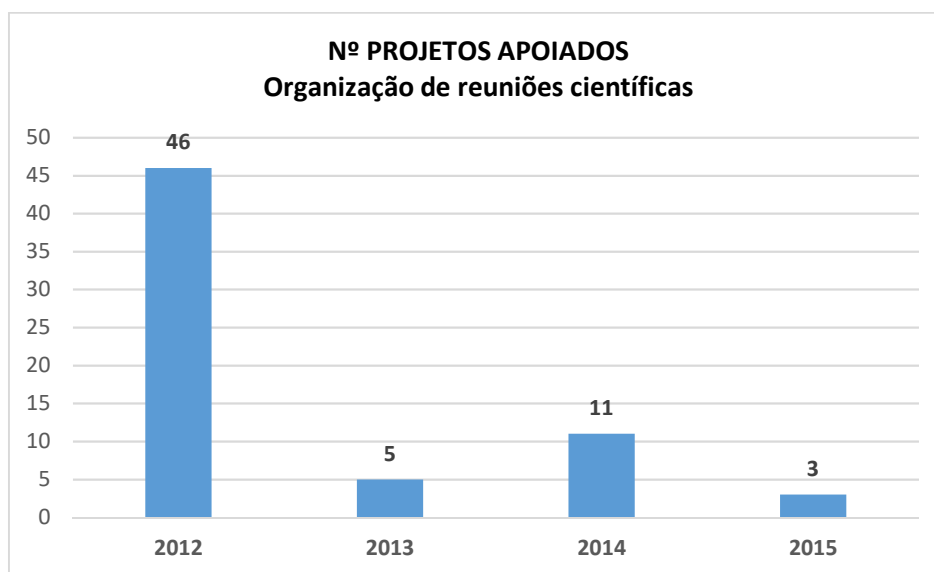
APOIO À ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES CIENTÍFICAS, PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS EDIÇÕES CIENTÍFICAS

Pretende-se, com a medida de **organização de reuniões científicas**:

- Promover a divulgação dos resultados da investigação, a disseminação de nova informação científica, a exploração ou clarificação de um problema científico, o debate e a partilha do conhecimento.
- Promover o contacto entre especialistas de diferentes instituições científicas e regiões.
- Proporcionar condições para projetar a Região Autónoma dos Açores no quadro do Espaço Europeu de Investigação e para o estabelecimento de novas parcerias científicas.

Foram abertos concursos em 2012, 2013 e 2014 e em 2015 apoios específicos.

A evolução de 2012 a 2015, no que respeita a número de projetos (iniciativas apoiadas) e valores de investimento, foi a seguinte:



Relativamente à medida de **participação em reuniões, congressos e eventos científicos** similares, os objetivos são:

- Estimular a produção, formação e divulgação científica especializada;
- Promover a divulgação, ao nível internacional, dos resultados da investigação científica, através da apresentação e discussão pública de trabalhos de qualidade reconhecida;
- Dinamizar os contactos e as parcerias entre especialistas de diferentes instituições científicas;

- Projetar, no quadro do Espaço Europeu de Investigação, a investigação científica desenvolvida na Região Autónoma dos Açores.

Entre 2012 e 2015 apenas foi aberto 1 concurso para apoio à participação em reuniões e missões para preparação de projetos científicos e 1 concurso para apoio à participação de investigadores em reuniões científicas, **ambos em 2014**, registando-se os seguintes dados referentes a número de projetos (iniciativas apoiadas) e valores de investimento:

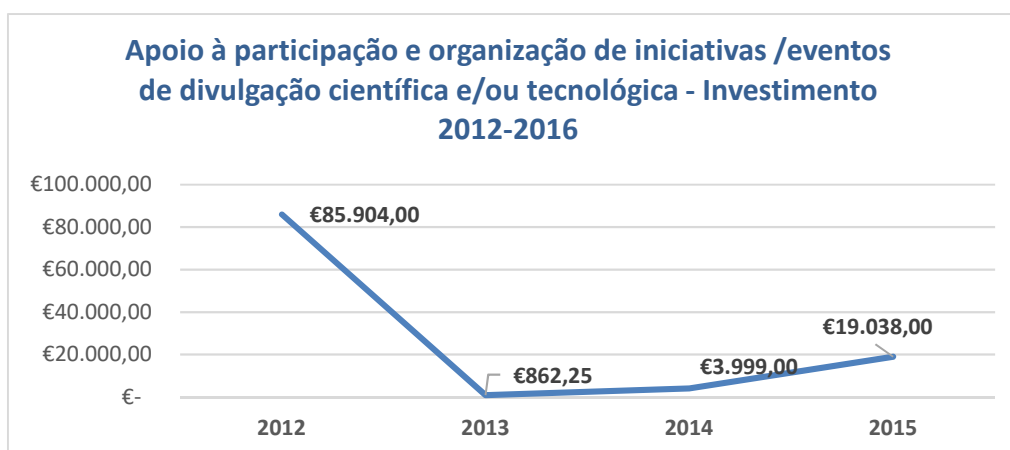
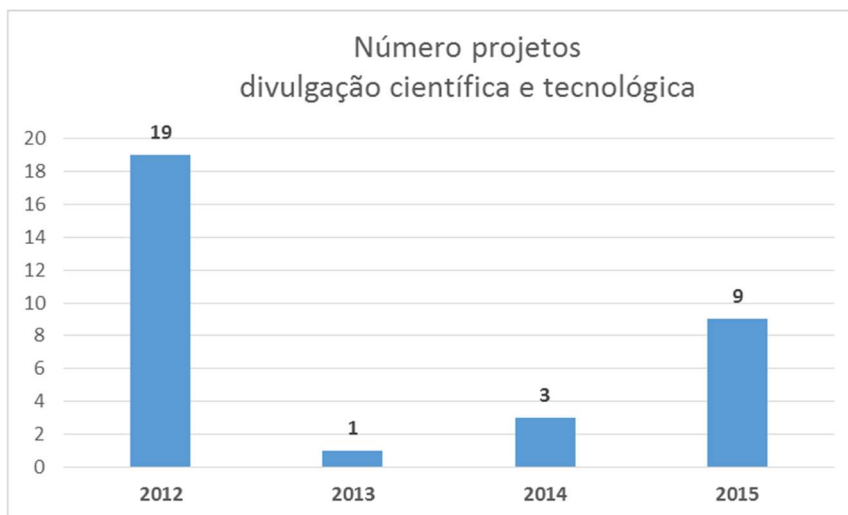
MEDIDA	Nº de projetos	investimento
Apoio à participação em reuniões e missões para preparação de projetos científicos	10	11 189€
Apoio à participação de investigadores em reuniões científicas	21	24 083€
TOTAL	31	35 272€

No que concerne ao **apoio à edição de publicações científicas** foi aberta apenas uma **edição em 2015**, com um total de **31 projetos** aprovados e um valor de **investimento de 41.300,23€**.

APOIO A PROJETOS ESPECÍFICOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (NÃO INCLUI O PROJETO CANSAT)

No âmbito da divulgação da cultura científica e tecnológica, para além do concurso relativo aos Espaços TIC e aos cidadãos com deficiência (estes, muito especificamente, na área das tecnologias), não têm sido abertos outros concursos, à exceção do ano de 2012. Assim, têm sido atribuídos apoios nesta área ao abrigo do número 2 do artigo 5º do PRO-SCIENTIA, de acordo com o qual “Em casos devidamente fundamentados, e em função da dimensão estratégica ou do interesse regional, podem ser aprovados e financiados projetos específicos, não enquadrados em processo de concurso público”.

A evolução do número de projetos aprovados e investimento efetuado é o seguinte:



APOIO À FORMAÇÃO AVANÇADA

A gestão do programa de bolsas de formação avançada do PRO-SCIENTIA (Ação 3.1 — Apoiar a formação avançada) é efetuada pelo FRCT, com financiamento da DRCT e de fundos comunitários, indo ao encontro dos objetivos do programa do GRA no âmbito da qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento, através da atribuição de bolsas de investigação científica, de apoio à gestão de ciência e tecnologia, nas entidades do SCTA e nas empresas.

As bolsas são regulamentadas por legislação específica:

- Estatuto do bolseiro de investigação (Lei 40/2004, de 18 de agosto e republicações posteriores: Decreto-Lei nº 202/2012, de 27 de agosto - 1ª Alteração / - Decreto-Lei nº 233/2012, de 29 de outubro - 2ª Alteração / - Lei nº 12/2013, de 29 de janeiro - 3ª Alteração / - Decreto-Lei nº 89/2013, de 9 de julho - 4ª Alteração
- Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2012/A de 4 de julho de 2012 (PRO-SCIENTIA);
- Regulamentos de Bolsas do FRCT (que foram enquadrando os atuais contratos)
- Despacho Normativo n.º 35/2007
- Despacho Normativo n.º 77/2011 de 20 de outubro de 2011
- Despacho Normativo n.º 51/2013 de 31 de outubro de 2013

O início de contrato da maioria dos bolseiros situa-se em 2012, no seguimento de vários concursos i) para projetos de investigação (edição de 2011) - nos quais se previa concurso complementar, realizado já em 2012, para a integração de bolseiros licenciados de investigação (BI); ii); para bolsas de Pós-Doutoramento lançados a meio e final de 2011; iii) para bolsas de doutoramento, também de final de 2011, mas ainda aberto/prolongado por 2012.

O elevado número de vagas e concursos para bolsas em 2012 impediu que o FRCT, em 2013, 2014 não tivesse conseguido abrir qualquer concurso de bolsas. Por outro lado, num período de transição de quadros comunitários, em que era de prever atrasos na respetiva regulamentação, deixou o FRCT com imensas dificuldades de tesouraria para fazer face aos compromissos assumidos.

Assim, **o número de contratos de bolsa atribuídos neste período** foi o seguinte:

- Concurso FRCT/2011/317/005 - lançado em 26 de julho de 2011, no qual se previa inicialmente a contratação de 10 bolseiros pós-doc, mas cujo número de vagas foi alargado para 25 bolseiros - contratações em 2012 - **25 BOLSEIROS PÓS-DOC CONTRATADOS;**
- Concurso FRCT/2011/312/001 - lançado em novembro de 2011, no qual se previa inicialmente a contratação de 20 bolseiros de doutoramento, mas cujo número de vagas foi alargado para 60 bolseiros- contratações em 2012 - **52 BOLSEIROS DOUTORAMENTO CONTRATADOS;**
- Concurso específico aberto em 2012, para integração de um bolseiro pós-doc num projeto do CITA-A - **1 BOLSEIROS PÓS-DOC CONTRATADO;**

- Concurso específico aberto em 2012, para integração de um bolseiro pós-doc num projeto do CVARG - **1 BOLSEIROS PÓS-DOC CONTRATADO;**
- 2 Concursos abertos em 2012, para integração de 3 bolseiros de gestão - **3 BOLSEIROS DE GESTÃO CONTRATADOS** (licenciados) nos centros de ciência de S. Miguel e da Terceira;
- 3 Concursos lançados em 2012 para a integração de 3 bolseiros (licenciados) nos projetos enquadrados no NET-BIOME - **3 BOLSEIROS LICENCIADOS CONTRATADOS;**
- 15 Concursos lançados em 2012, para a integração de 15 bolseiros (licenciados) em projetos de investigação promovidos pela DRCTC, no âmbito da Medida 2.1.2 - **15 BOLSEIROS LICENCIADOS CONTRATADOS;**
- A partir de 2012, e até 2015, nunca mais foi aberto nenhum concurso, com a exceção de um concurso para bolsa de gestão para integração de um bolseiro no FRCT no âmbito do projeto europeu BEST - **1 BOLSEIRO DE GESTÃO CONTRATADO;**

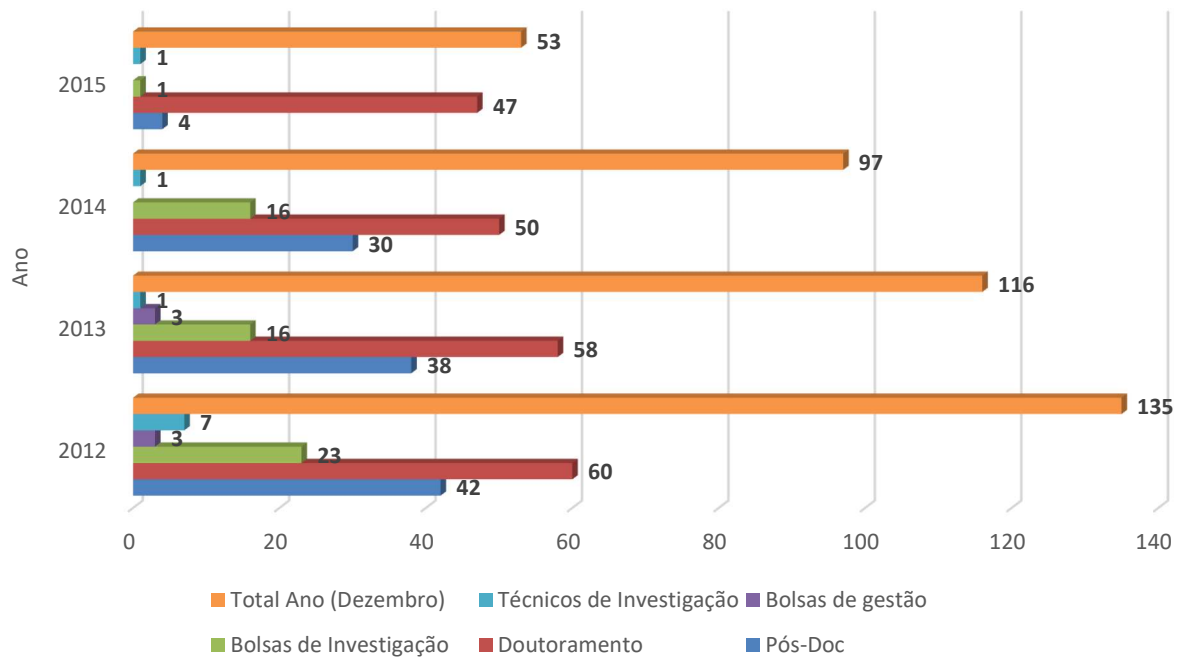
Total de NOVOS contratos entre 2012 e 2015 - 101 contratos

Muitos destes contratos foram decorrendo em simultâneo, encontrando-se ainda em curso, no final de 2015, **53 contratos**, nas diferentes tipologias, que representaram, neste mesmo ano, um investimento de cerca de 1 400 000,00€ e no total do período indicado, o valor ascendeu a **7,1 M.**

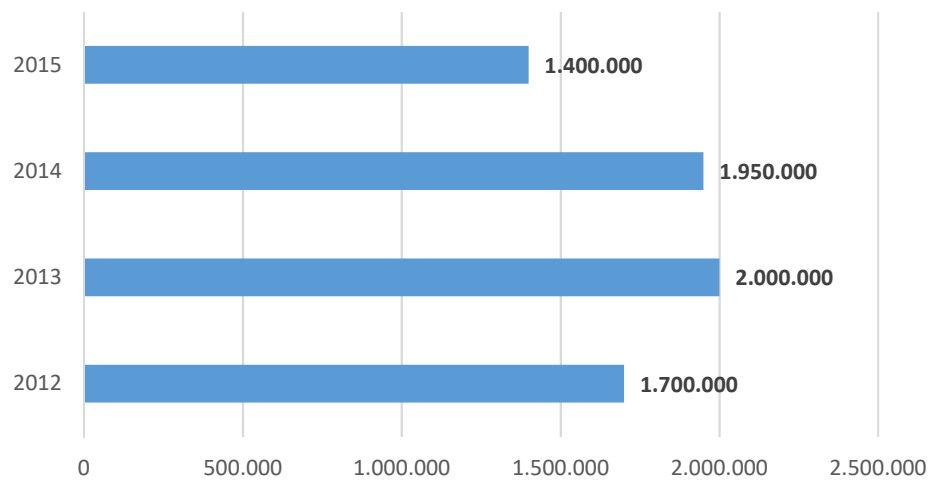
Decorre, neste momento, concurso de bolsas de doutoramento 2015/2016 – 24 bolsas para atribuir.

A evolução do número de contratos de bolsa em cada ano e investimento associado é o seguinte:

Apoio à Formação Avançada - Nº de Bolsas de investigação por tipologia do FRCT



Investimento efetuado com bolsas





CONCURSOS PO – DRCT/OI - ORGANISMO INTERMÉDIO

Em articulação com a entidade de gestão do PO, a DRCT tem vindo a estudar a forma de participação nos trabalhos e gestão do PO Açores, designadamente do Eixo prioritário 1 - *Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* - nas suas prioridades 1.1 e 1.2.

A DRCT encontra-se, assim, empenhada e envolvida na elaboração dos avisos de abertura para candidaturas ao PO Açores 2020 no Eixo Prioritário 1 – *Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*, nas suas prioridades 1.1, tendo, para o efeito, assumido as funções de OI, nessa prioridade (1.1).

Neste contexto, foi assinado contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional dos Açores 2020 e a Direção Regional da Ciência e Tecnologia, a 10 de julho de 2015, relativo às tipologias de operação previstas no Eixo Prioritário 1 e na prioridade 1.1 e Objetivo Específico 1.1.1 – *Aumentar a produção científica de qualidade e orientada para a especialização inteligente*, designadamente para as funções de gestão relativas à apreciação da aceitabilidade e do mérito das candidaturas (análise de admissibilidade e processo de avaliação).

Neste âmbito, foi lançado um **concurso público (Aviso Nº Acores-45-2015-25**, de 15 julho 2015) enquadrado no Programa Operacional Açores 2020, através do portal do Balcão 2020, para o apoio a projetos de investigação. Este concurso visa reforçar as condições de base

para a produção científica e de inovação, em linha com a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente definida para a Região Autónoma dos Açores (RIS3).

O concurso, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ascendeu a um valor de **2,9 milhões de euros**, dos quais cerca de 2,5 milhões de euros de FEDER e cerca de 400.000 € de cofinanciamento da contrapartida regional, a sair do orçamento da DRCT, o que representa um reforço considerável, face ao último concurso lançado pela DRCT para o financiamento de projetos de investigação, iniciados em 2012, que teve uma dotação de 720 mil euros.

A DRCT acompanhou todo o processo de candidaturas, encontrando-se a decorrer a fase de admissibilidade e análise.

Neste mesmo contexto, a DRCT, em articulação com a Autoridade de Gestão e Direção Regional de Apoio ao Investimento e competitividade (DRAIC), conforme acima já foi referido (Capítulo da *Estratégia e ecossistema de inovação: iniciativas de ID&I empresariais / parques de ciência e tecnologia*), tem dinamizado as iniciativas no domínio da I&DI relacionadas com o tecido empresarial. Assim, em linha com os objetivos previstos no PO Açores 2020, em 2015, a **DRCT** desenvolveu o estudo e iniciou o trabalho de **elaboração de regulamentação/edital/aviso de concurso** para este grupo de destinatários, designadamente, através da promoção de projetos de investigação em contexto empresarial, concurso a lançar em 2016.

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

No âmbito do acompanhamento dos projetos aprovados e/ou em curso, são, em contínuo, analisados os respetivos balancetes financeiros e relatórios técnico-financeiros submetidos pelos promotores de que resulta a elaboração de relatórios de análise com propostas de decisão em relação a cada um dos projetos. Todos os projetos em curso são acompanhados na plataforma de gestão de projetos de forma permanente e continuada para garantir que não se ultrapassam as datas previstas para a apresentação da documentação exigida, que a execução material, temporal e financeira se encontra dentro dos parâmetros estabelecidos e que todos os procedimentos foram cumpridos.

O acompanhamento aos projetos em curso concretiza-se, também, mediante a realização de visitas para verificação dos originais de toda a documentação relativa aos projetos

e a confirmação presencial dos equipamentos e materiais adquiridos. Estas visitas têm, ainda, como objetivo fornecer indicações aos promotores para o adequado tratamento administrativo-financeiro dos processos, designadamente, em termos de exigências dos programas comunitários, apurar as principais dificuldades ou constrangimentos sentidos no desenvolvimento dos projetos e articular procedimentos para a otimização dos financiamentos concedidos.

Considera-se, assim, que as visitas de acompanhamento aos projetos são de grande utilidade, quer para a DRCTC, que fica com uma melhor perceção do modo como os projetos estão a decorrer, das dificuldades eventualmente sentidas na sua execução e do seu impacto junto da comunidade, quer para as entidades promotoras que, dessa forma, poderão, quando alertadas para tal, corrigir atempada e eficazmente eventuais desvios aos objetivos inicialmente traçados. Estas ações instituem-se, pois, como um instrumento fundamental para a boa execução dos projetos, dado que permitem uma maior interação entre todos os envolvidos, o que tem permitido sucessivas melhorias nos respetivos processos de implementação.

Em 2012, foram efetuadas **20 visitas de acompanhamento**, incluindo Centros de Ciência, centros de investigação e outras entidades, abrangendo **45 projetos**.

Em 2013, apenas foram realizadas visitas de acompanhamento aos Centros de Ciência, num total de **12 visitas**.

Em 2014, foram efetuadas visitas de acompanhamento aos Centros de Ciência e a Centros de Investigação da Universidade dos Açores conforme se segue: **26 visitas aos Centros de Ciência e 9 visitas aos centros de investigação**, abrangendo, nestes, 19 projetos, num total de **35 visitas** de acompanhamento.

Em 2015, foram realizadas **54 visitas de acompanhamento** a diversos promotores beneficiários de apoio na área da ciência e tecnologia.

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

2012

- *Realização do evento “Aquecimento esclarecido” – 17 a 20 de abril;*
- *Reunião geral dos Espaços TIC – 28 de abril;*
- *Reunião anual dos Centros de Ciência – 14 de junho;*
- *Ação de divulgação no Parque Atlântico – 5 de outubro.*

2013

I Jornadas de Ciência nos Açores: "Ciência nos Açores, que Futuro?" (7-8 junho).

2014

- *Roteiro “Dia para a Ciência” - 17 e 18 de março de 2014;*
- *II Jornadas de Ciência nos Açores: A política científica nos Açores 2014-2020: Desafios e Oportunidades para o Sistema Científico Regional – 13 e 14 de junho;*
- *Azores - Potencial for Space Technology – 27 de outubro;*
- *Reunião Geral de Centros de Ciência dos Açores – 28 de outubro.*

2015

- *Reunião EVGA 2015 (22nd European VLBI Group for Geodesy and Astrometry Working Meeting) – 18 a 22 de maio;*
- *Inauguração da antena RAEGE em Santa Maria – 20 de maio;*
- *Competição CANSAT Açores – janeiro (workshop); abril (final regional); maio (CANSAT Portugal); junho (final europeia);*
- *Workshop "The use of sentinel data for supporting land and marine spatial planning and management" – 28 de setembro;*
- *Reunião geral dos Centros de Ciência – 16 de outubro.*

CONDICIONANTES GERAIS DO SERVIÇO

A atuação na área da Ciência e Tecnologia tem sido condicionada nos últimos anos pelas alterações em termos de estrutura orgânica, designadamente, as resultantes da:

- a) Criação do XI Governo Regional dos Açores (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A, de 27 de novembro) que, na altura, extingue a Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações (DRCTC) e separa as áreas da Ciência e Tecnologia;
- b) Reestruturação orgânica do XI Governo Regional dos Açores através do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A que junta de novo as duas áreas, criando a

DRCT e integrando-a na tutela da nova Secretaria do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT).

Os processos de transição de orgânicas e recursos implicam uma constante reorganização do serviço e do seu funcionamento, no novo contexto, e um redobrado esforço na regularização e redefinição dos fluxos e processos de trabalho, não deixando, apesar disso, de ser, simultaneamente, um estímulo e um desafio, rumo a uma maior estabilidade de funcionamento e rentabilização de todos os recursos e condições para uma maior focalização na prossecução dos principais objetivos e prioridades do serviço.

A nível financeiro, os constrangimentos têm-se mantido ao longo dos últimos anos, tendo sido particularmente significativos em 2013 e 2014. Os orçamentos do plano da DRCT apresentaram variações associadas às várias alterações orgânicas da estrutura do Governo dos Açores. As oscilações resultaram também, obviamente, das opções políticas que em cada círculo governamental foram tomadas quanto aos investimentos nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico regional. De salientar o decréscimo acentuado dos orçamentos do Plano em 2013 e 2014, fruto não só da alteração orgânica operada no início da legislatura, referenciada anteriormente, como também do período moroso de elaboração e início do novo programa operacional dos fundos comunitários. Refiram-se, por exemplo, as limitações ao nível das verbas para a concretização de alguns investimentos no âmbito da Rede Atlântica de Estações geodinâmicas e espaciais (RAEGE) - designadamente para o pleno funcionamento da estação de Santa Maria e para o início de construção da estação das Flores - ou para o lançamento de concursos no âmbito das medidas do Eixo Qualificar do PRO-SCIENTIA, alguns sem enquadramento no P.O Açores 2020, que não exigem avultado investimento, sendo, contudo, muito solicitadas pela comunidade científica e de grande impacto e visibilidade em termos científicos, projetando e divulgando a investigação que se faz na RAA.

É de salientar, igualmente, que quer os trabalhos em torno dos projetos/infraestruturas tecnológicas, os relacionados com os parques de Ciência e Tecnologia e com a coordenação da ADTA, o processo de operacionalização e monitorização da RIS3, os processos no âmbito da recolha de amostras para fins científicos, quer, finalmente, os relacionados com a designação da DRCT para ser o Organismo Intermédio (OI) na prioridade 1.1 do PO Açores 2020 - com as exigências e adequação de competências e atuação da DRCT e das suas medidas de apoio às regras do PO Açores 2020 – **justificam a contratação de mais recursos humanos**, assim como exigem uma colaboração permanente com outros departamentos do GRA, não só pela

complexidade dos processos, mas também pela diversidade de interlocutores e integração/articulação com os mesmos, o que não se veio a concretizar da forma desejada em 2015.

GRANDES DESAFIOS DE FUTURO

Como grandes desafios de futuro, salientam-se:

- Os últimos dados do INE indicam que a proporção das despesas em I&D no PIB regional (ano de referência 2013/2014) é de 0,35% (Anuário Estatístico dos Açores de 2014), quando no país ronda os 1,5%. Tendo em conta, designadamente, o indicador de resultado do PO na prioridade de investimento 1.1.” Reforço das infraestruturas de investigação e inovação e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como a promoção dos centros de competência, em particular os de interesse europeu”, o primeiro grande desafio é o reforço do peso das despesas em I&D no PIB regional, cujo valor alvo em 2023 foi fixado nos 0,7% - 0,8%. Mesmo assim, esse valor, ainda está longe do desejável a nível europeu (3%), sendo que fica sensivelmente a meio do valor atual a nível do país (1,5 do valor do PIB).
- O segundo grande desafio, o qual contribui também para a concretização do anterior, prende-se com o aumento da intensidade e investimento em atividades de ID&I nas empresas, com o reforço da transferência do conhecimento para o tecido económico, com o incentivo à cooperação e criação de sinergias entre as várias entidades de I&I, com vista à promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação, dando ênfase à criação de novo conhecimento direcionado para uma aplicação prática, para a resolução de problemas e necessidades específicas da Região, para a criação de novos materiais, produtos inovadores, novos processos, sistemas ou serviços.
- Um terceiro desafio prende-se com o incentivo à criação de parcerias e consórcios internacionais com vista à captação e diversificação das fontes de financiamento, ao fomento da produção e internacionalização científica, de modo a favorecer o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação.

CONCLUSÃO

Em termos gerais considera-se que, apesar das limitações anteriormente referidas, a área da ciência e tecnologia, durante o ano de 2015, conseguiu manter alguma dinâmica, promovendo um novo paradigma de investimento científico e tecnológico seletivo e direcionado (projetos alinhados com a RIS3/ infraestruturas de apoio e iniciativas de sensibilização para a transferência de conhecimento, ações coletivas e I&D empresarial) que pretende ser reprodutivo, assim como conseguiu desenvolver novas capacidades para captação de investimento externo (designadamente no âmbito do H2020).

Contudo, tendo a ação da DRCT sido de alguma forma restringida pelas sucessivas alterações orgânicas, o novo alargamento das áreas de competência em meados de 2014 teve um significativo impacto em 2015, designadamente ao nível da necessidade de realinhamento de estratégias e consequente atraso na implementação de novas ações.

As ações previstas e não executadas foram, em termos gerais, as seguintes:

RAEGE – Não foi iniciado qualquer procedimento relativo aos trabalhos de implementação da estação de Santa Maria por motivos orçamentais. O processo de aquisição de terrenos à SEGMA, relativos à estação de Santa Maria não foi concretizado, mas foi assinado, em alternativa, um contrato de comodato.

ARM – não foi validada/assinada a versão final do memorando de entendimento, tendo este assunto ficado a cargo do Gabinete do SRMCT.

Centros de Ciência dos Açores – Não foram solucionados todos os assuntos pendentes, designadamente, a conclusão do processo de avaliação jurídica relativa ao OVGA (eventual transferência do edifício para o GRA ou Câmara Municipal de Lagoa) e respetivas obras de melhoria, embora se tenham dado alguns passos para a resolução dos mesmos.

No âmbito do PRO-SCIENTIA não foram abertos todos os concursos previstos, designadamente: Medida 1.2.a, de apoio à “implementação de projetos de ID&I em contexto empresarial”; Medida 2.2.a, de apoio à “Implementação de projetos de cooperação transregional e transnacional de I&DI”; Medida 3.3.a, de apoio à “Participação em reuniões científicas”; Medida 3.3.b, de apoio à “Organização em reuniões científicas”; Medida 3.4.a, de apoio ao “Desenvolvimento do ensino experimental das ciências”; Medida 3.4.b, de apoio a “iniciativas e

projetos de difusão da cultura científica e tecnológica. Embora não tenha sido aberto concurso, em algumas destas medidas foram atribuídos apoios específicos. No caso da medida de apoio à “implementação de projetos de ID&I em contexto empresarial”, trabalhou-se no edital/aviso de abertura, tendo sido apresentada proposta ao PO Açores, que deverá lançar o concurso no início de 2016.

Não se procedeu à revisão da legislação relativa à recolha de amostras de recursos naturais para fins científicos, considerando-se mais oportuna a sua manutenção em vigor por um período mais alargado, dado que se trata de uma legislação ainda recente.

Não obstante o que ficou por executar, o desempenho da DRCT, mesmo com as limitações acima apontadas, afigura-se satisfatório, tendo incidido sobre um universo diversificado das ações/projetos transitados em 2014 da DROPC e de novas competências (OI), que exigiu a redefinição da organização e metodologia de trabalho da DRCT. Por outro lado, as medidas que foi possível lançar alcançaram, também, um número diversificado de beneficiários, de que se destacam os investigadores, os divulgadores da ciência ou os promotores do uso das TIC, sem esquecer, o apoio aos cidadãos com deficiência, através das instituições sociais e educativas que os acolhem. Foi desenvolvido um trabalho muito significativo ao nível da preparação de editais/avisos de abertura direcionados para a investigação, o que permitirá ao PO Açores lançar diversos concursos nesta área, num futuro próximo, o que terá seguramente um impacto importante ao nível do desenvolvimento da ciência na Região.

Ponta Delgada fevereiro de 2016

O Diretor Regional da Ciência e Tecnologia